



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



DIPUB
Diretoria de Unidades
Informacionais e Publicações

COLETÂNEA

EXPERIÊNCIAS COM CINEMA NA EPT

Organizadores:

Maria Silene da Silva

Maria Beatriz Colucci

Juliane dos Santos

Diogo Oliveira Teles

Maria Cristina Caminha de C. França



EDITORA
IFS

COLETÂNEA

**EXPERIÊNCIAS
COM CINEMA
NA EPT**



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFS

Ruth Sales Gama de Andrade



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



DIPUB
Diretoria de Unidades
Informacionais e Publicações

COLETÂNEA

EXPERIÊNCIAS COM CINEMA NA EPT

Organizadores:

Maria Silene da Silva

Maria Beatriz Colucci

Juliane dos Santos

Diogo Oliveira Teles

Maria Cristina Caminha de C. França

Copyright© 2023 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe

Kelly Cristina Barbosa

Coordenadora Geral da Editora IFS

Geocelly Oliveira Gambardella

Planejamento e

Coordenação Gráfica

Yasmin Soares

Diagramação

Yasmin Soares

Erik Daniel dos Santos

Projeto Gráfico da Capa

Yasmin Soares

Erik Daniel dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas do IFS

Sergipe, Instituto Federal de.

S484c Coletânea Experiências com Cinema na EPT [recurso eletrônico]. / Instituto Federal de Sergipe; Maria Silene da Silva *et al.* (organizadores). – Aracaju: EDIFS, 2023.

96 f.; il.

ISBN: 978-85-9591-177-2.

1. Educação. 2. Audiovisual. 3. Educação Profissional EPT. I. Silva, Maria Silene da. II. Colucci, Maria Beatriz. III. Santos, Juliane dos. IV. Teles, Diogo Oliveira. V. França, Maria Cristina Caminha de Castilhos. VI. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. VII. Universidade Federal de Sergipe – UFS. VIII. Título.

CDU 37.091.39

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Geocelly Oliveira Gambardella / CRB-5 1815, com dados fornecidos pelo(s) autor(es).

[2023]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Rua Dom José Thomaz, 194 - São José, Aracaju - SE, 49015-090

TEL.: +55 (79) 3711-3146 E-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves

Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional

Jaime José da Silveira Barros Neto

Diretor de Desenvolvimento Institucional

José Wellington Carvalho Vilar

Área: Ciências Exatas e da Terra

Diego Lopes Coriolano

Área: Engenharias (titular)

Herbet Alves de Oliveira

Área: Engenharias (suplente)

Adeline Araújo Carneiro Farias

Área: Ciências Humanas

Alexandre Santos de Oliveira

Área: Ciências Sociais Aplicadas

João Batista Barbosa

Área: Ciências Agrárias

Manoela Falcon Gallotti

Área: Linguística, Letras e Artes

Sheyla Alves Rodrigues

Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Eliane Maurício Furtado Martins - IF Sudeste MG

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Odélsia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Charles dos Santos Estevam - UFS

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Zélia Soares Macedo - UFS

Josilene de Souza - IFRN

Lucas Molina - UFS

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Geocelly Oliveira Gambardella - Bibliotecária

Produção Visual

Erik Daniel dos Santos - Designer Gráfico (Bolsista)

Yasmin Soares - Designer Gráfico (Bolsista)

AUTORES

Albéria Cavalcanti de Albuquerque

Barbara Aparecida Nunes Silva

Cíntia Pessôa Rezende Barreiros

Diogo Oliveira Teles

Juliane dos Santos

Marcelo Borges Rocha

Maria Beatriz Colucci

Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Maria Silene da Silva

Raquel de Oliveira Mendes

Rodrigo Bozi Ferrete

Rosilei Justino da Silva

Selma Dorriguette de Oliveira

Silvia Schiedeck

Vanessa Cauê Krugel

Vívian Crislayne de Oliveira Santos

Wilson Lemos Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Núcleo de Trabalho e Estudos em Educação Profissional e Tecnológica e Cinema (NEPTCi)

Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – (ProfEPT/IFS)

Programa Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE)

Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE/UFS)

SUMÁRIO

Seção 1 – Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

APRESENTAÇÃO 10

POR QUE FICAM OS QUE FICAM?: Uma experiência de criação audiovisual na EPT 16

Juliane dos Santos

Diogo Oliveira Teles

Maria Silene da Silva

Maria Beatriz Colucci

Vívian Crislayne de Oliveira Santos

ENTRADA DE COR: Um relato de experiência da apresentação e estreia do documentário no Instituto Federal de Sergipe (IFS) 31

Raquel de Oliveira Mendes

Rodrigo Bozi Ferrete

SENSIBILIZAÇÃO – A pessoa para além da deficiência: Um relato de experiência sobre o processo de criação de documentários 43

Cíntia Pessoa Rezende Barreiros

Albéria Cavalcanti de Albuquerque

Rosilei Justino da Silva

Selma Dorriguette de Oliveira

**QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS
NO HORTO DO IFRJ, CAMPUS NILÓPOLIS: Um relato de
produção audiovisual coletiva 60**

Barbara Aparecida Nunes Silva
Marcelo Borges Rocha

**Seção 2 – Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos
na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**

**UMA ESTUDANTE DO PROFEPT NA CONSTRUÇÃO DE
UM DOCUMENTÁRIO 74**

Vanessa Cauê Krugel
Wilson Lemos Junior

**NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM
DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO COMO PRODUTO
EDUCACIONAL 83**

Silvia Schiedeck
Maria Cristina Caminha de Castilhos França

APRESENTAÇÃO

É para nós uma grande alegria apresentar os textos desta primeira coletânea do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (ProfEPT/IFS), voltada ao campo de relações entre cinema e educação, por meio da reflexão sobre a produção de filmes documentários, apresentados como produtos educacionais. A coletânea surgiu da necessidade de conhecimento e divulgação das produções audiovisuais oriundos das pesquisas de mestrado empreendidas em nível nacional no âmbito do ProfEPT.

São colocados em discussão a produção de seis documentários, em curta e média metragens, abordando questões cruciais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Os textos foram organizados em duas seções, a saber: Seção 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Seção 2 - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O ProfEPT está presente em todo o território nacional, com 40 Instituições Associadas e foi criado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com o intuito de atender às demandas de formação profissional para os servidores e para a comunidade externa, visando o aperfeiçoamento das práticas educativas e da gestão escolar vinculados à EPT.

As muitas reformas pelas quais a EPT passou ao longo do tempo sinalizam as diferentes visões de formação do sujeito/trabalhador presentes em cada época. Atualmente, os pesquisadores da área nos despertam para uma visão de formação integral desses sujeitos, que associe a preparação para o mundo do trabalho com a apropriação do conhecimento produzido pela humanidade, formando um sujeito capaz de associar ciência e arte, de promover o encontro entre ciência e tecnologia, numa perspectiva que enxerga o trabalho como princípio educativo, pois é na relação entre Trabalho e Educação que ocorre a produção dos conhecimentos para a formação do trabalhador e para a sua vida.

Sendo o ProfEPT pertencente a área de Ensino da CAPES, a produção de conhecimentos ocorre no contexto de pesquisas aplicadas, tendo como base uma proposta interdisciplinar que possibilite a integração de saberes para a resolução de problemas complexos como os que são inerentes às

situações reais do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com o Documento de Área de Ensino (BRASIL, 2019), “a interdisciplinaridade surge quando se passa a mirar a realidade na sua complexidade”, exigindo uma atitude interdisciplinar para a resolução de problemas complexos ou para responder a perguntas sobre objetos complexos

E é nesse contexto que surgem os produtos/processos educacionais (PE), que na área de ensino, são considerados como o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, devendo ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (BESSEMER; TREFFINGER, 1981), fazendo a vinculação entre teoria e prática.

Daí a relevância de discutir sobre o campo do cinema e da educação a partir das experiências de realização de produtos educacionais audiovisuais, por acreditarmos que os relatos de experiências de produção fortalecem o filme como produtor de conhecimento e como prática pedagógica. Os filmes contribuem, ainda, nos processos de ensino e aprendizagem, estimulando possíveis experiências de criação coletiva e atividades cineclubistas nas escolas.

Certamente a produção de filmes é um dos aspectos que podemos mobilizar para falar de uma pedagogia do cinema. Isso não exclui, entretanto, outras possibilidades, que dizem respeito ao uso dos filmes como material didático, o apoio ao ensino na discussão de conteúdos curriculares, ou o filme como forma de apresentação dos resultados e avaliação das pesquisas acadêmicas, seja na educação básica ou superior. Todas são importantes, porém, pensando no papel estratégico das produções audiovisuais no mundo contemporâneo, colocamos em evidência, nesta Coletânea, a potência dos processos de produção de filmes documentários para pensar a educação.

Dessa forma, os filmes documentários, especialmente em curta e média metragens, surgem como objetos educacionais relevantes, orientados por metodologias colaborativas, e viabilizados por meio de parcerias com os setores de produção audiovisual das IES e os cursos de graduação nas áreas de comunicação e artes das universidades, que auxiliam nos processos de produção e, principalmente, de edição das obras. O acesso aos filmes é facilitado pela inclusão dos mesmos como “mídia educativa”, sendo o compartilhamento feito por meio de plataformas digitais, a exemplo do Portal EduCAPES (<https://educapes.capes.gov.br>)

A partir da discussão apontada nos textos reunidos, entendemos que as parcerias entre instituições de ensino ampliaram as possibilidades de aplicação do cinema na pesquisa em educação, com a inclusão de modos participativos de produção, desde a elaboração do argumento/roteiro até a edição/finalização, num processo de colaboração e discussões coletivas 1) junto ao grupo social/tema em estudo; 2) junto aos núcleos/setores de apoio audiovisual das IES e 3) na aplicação do produto e avaliação através de debates com os depoentes e comunidade acadêmica envolvida.

Esperamos que a publicação desta Coletânea contribua com novas ações em torno “da interdisciplinaridade e transversalidade entre o cinema, a educação e o mundo de trabalho”. Também objetivamos estimular a rede de apoio entre os PPGs, sejam acadêmicos ou profissionais, disciplinares ou interdisciplinares, consolidando projetos de colaboração entre as instituições públicas de ensino da rede básica e superior. Destacamos a importância da ação contundente de gestores, docentes e discentes no direcionamento de pesquisas e atividades, e o apoio dos organismos municipais, estaduais e federais de educação e cultura aos projetos relacionados.

Apresentamos, resumidamente, a seguir, os artigos da Coletânea, agradecendo às autoras e aos autores que compartilharam suas experiências de produção! Seus relatos e suas reflexões sobre temáticas tão relevantes, como os desafios da EJA, a inclusão de questões étnico-raciais, de pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais na educação, as questões socioambientais, a memória da EPT, o filme como etnografia, certamente são essenciais para seguir resistindo e lutando por uma educação cada vez mais inclusiva e democrática!

Na Seção 1, que reúne os textos incluídos na linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT, temos o artigo “Por que ficam os que ficam?: uma experiência de criação audiovisual na EPT”, de Juliane dos Santos; Diogo Oliveira Teles; Maria Silene da Silva; Maria Beatriz Colucci e Vívian Crislayne de Oliveira Santos. O texto reflete sobre a produção do documentário em média-metragem Por que ficam os que ficam? (2020), resultado da pesquisa de Juliane dos Santos e da parceria existente entre o Programa Interdisciplinar de Cinema e Educação NICE/UFS e o Núcleo de Trabalho e Estudos em Educação Profissional e Tecnológica e Cinema (NEPTCi), do ProfEPT/IFS. Como enfatizam os autores: “Sustentado no materialismo histórico e dialético, o produto educacional supracitado enfatiza os sentidos da permanência na escola atribuídos por estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada (EJA) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), haja vista as dificuldades intraescolares e extraescolares apresentadas durante

a trajetória escolar.”

Também incluído na Seção 1 foi o texto “Entrada de cor: um relato de experiência da apresentação e estreia do documentário no Instituto Federal de Sergipe (IFS)”, dos autores Raquel de Oliveira Mendes e Rodrigo Bozi Ferrete. O filme *Entrada de cor* é o título do documentário produzido pelos autores, abordando a discussão da questão étnico-racial no IFS a partir do olhar de estudantes cotistas da instituição, especificamente os alunos do curso presencial do Ensino Médio Integrado (EMI) de Informática do Campus Aracaju, curso de maior concorrência dessa modalidade nos processos seletivos no período estudado (2016/2017).

Outro trabalho relacionado às discussões sobre a inclusão é “SensibilizAÇÃO – a pessoa para além da deficiência: um relato de experiência sobre o processo de criação de documentários”, de autoria de Cíntia Pessoa Rezende Barreiros; Albéria Cavalcanti de Albuquerque; Rosilei Justino da Silva e Selma Dorriguette de Oliveira. O artigo discute a inclusão de pessoas com deficiência física, visual e auditiva no documentário *SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência*, produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Octayde Jorge da Silva. O material apresentado é constituído por três curtas-metragens documentais: o primeiro discute questões relacionadas às pessoas com cegueira e baixa visão; o segundo trata “das questões relativas às pessoas surdas e com deficiência auditiva; e o último trouxe esclarecimentos sobre as pessoas com deficiência física”.

O último texto dessa Seção 1, “Questões socioambientais e diálogos possíveis no Horto Do IFRJ, Campus Nilópolis: um relato de produção audiovisual coletiva”, conforme indica o próprio título, também destaca a centralidade da discussão sobre a produção audiovisual coletiva nos filmes contemporâneos. O artigo, de autoria de Barbara Aparecida Nunes Silva e Marcelo Borges Rocha, é resultado da pesquisa feita na dissertação “Produção de documentário socioambiental: contribuições na formação discente do Curso Técnico em Controle Ambiental”, desenvolvida no curso de pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFRJ. Apresentado como produto educacional, o filme documentário foi uma produção coletiva, feita com os estudantes do Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado, no IFRJ, Campus Nilópolis (RJ).

Na Coletânea, um dos pontos de interseção entre os textos foi exa-

tamente a produção do filme realizada de forma coletiva e colaborativa, apoiada em parte por métodos de pesquisa como pesquisa-ação e pesquisa participante. Destacamos ainda, nesse processo, o apoio das ações de extensão, como oficinas pedagógicas que orientam a formatação dos produtos, como o caso do curso Oficinas de produção de vídeo documentário socioambiental, citado no artigo acima, como passo inicial para o desenvolvimento do processo de produção do videodocumentário.

Na Seção 2 - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foram reunidos os textos “Uma estudante do ProfEPT na construção de um documentário”, de Vanessa Cauê Krugel e Wilson Lemos Junior, e “Narrativas sobre a construção de um documentário etnográfico como produto educacional”, de Silvia Schie-deck e Maria Cristina Caminha de Castilhos França.

O primeiro material traz o relato de uma egressa do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Paraná (ProfEPT/IFPR) sobre o processo de criação do filme documentário Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR durante a década de 1990. O filme documentário foi apresentado como produto educacional audiovisual e trata de casos e experiências ocorridos na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, na década de 1990, através do relato de cinco professores.

Já o segundo, “Narrativas sobre a construção de um documentário etnográfico como produto educacional”, reflete sobre a experiência das autoras na construção do documentário etnográfico A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais, que apresenta as narrativas memoriais dos sujeitos envolvidos na construção da política para a EPT no Brasil, que culminou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Deste artigo trazemos, para finalizar esta apresentação, a observação de Cláudia Fonseca (2009), em trabalho sobre Paul Ricoer, citada pelas autoras, que diz respeito aos sentidos possíveis de uma narrativa. A autora enfatiza o fato de as narrativas permitirem aos seres humanos se compreenderem numa dimensão temporal e histórica, compreendendo também nossa própria historicidade (FONSECA, 2009)

Por fim, destacamos que este livro consolida a parceria desenvolvida nos últimos anos entre o ProfEPT/IFS e o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema, da Universidade Federal de Sergipe (PPGCine/UFS), representando um esforço inicial de sistematização das reflexões no

campo referido. Aos organizadores do IFS e da UFS juntou-se a contribuição essencial da professora Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

(*) FONSECA, Maria de Jesus Martins da. Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur. Viseu, Portugal: Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health, 2009, n.36 (14), [27]p.

BRASIL, CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019.

BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. Analysis of creative products: review and synthesis. The Journal of Creative Behavior, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981.

POR QUE FICAM OS QUE FICAM?

Uma experiência de criação audiovisual na EPT

Juliane dos Santos¹

Diogo Oliveira Teles²

Maria Silene da Silva³

Maria Beatriz Colucci⁴

Vívian Crislayne de Oliveira Santos⁵

1. INTRODUÇÃO

Esse capítulo tem como objetivo relatar as experiências da produção e da aplicação do Produto Educacional (PE) ou Produto Técnico Tecnológico (PTT) audiovisual *Por que ficam os que ficam?*, oriundo da pesquisa de mestrado intitulada: *“Por que ficam os que ficam?: permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe Campus Aracaju”* de autoria de Juliane dos Santos e sob a orientação da professora doutora Maria Silene da Silva, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

Por que ficam os que ficam? nasce da obrigatoriedade da construção de um produto educacional proveniente da pesquisa de mestrado e como parte integrante da dissertação, requisito fundamental à titulação de mestre. Acorado nas regulamentações legais aos mestrados profissionais cadastrados na Área de Ensino (Área 46) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Sergipe (ProfEPT/IFS). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Laranjeiras/SE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/IFS). E-mail: julianesantos.ufs@gmail.com.

²Mestre em Cinema e Narrativas Sociais pelo PPGCINE da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Programa Interdisciplinar em Cinema e Educação (NICE/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Balbucios: gaguejar uma infância (DPS/UFS). E-mail: diogo-teles@hotmail.com.

³Doutora em Biologia Funcional e Molecular (Biologia Estrutural e Funcional) pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFS). E-mail: silene.silva@ifs.edu.br.

⁴Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE/UFS). Coordenadora do NICE/UFS. E-mail: biacolucci@gmail.com.

⁵Graduanda em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Programa Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE/UFS). E-mail: lrvivian@gmail.com.

Rizzatti et al. (2020, p. 4), com base em Bessemer e Treffinger (1981), afirmam ser o produto educacional “[...] o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa [...]”, podendo ser desenvolvido de forma grupal ou individual. Além disso, “[...] deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (RIZZATTI et al., 2020, p. 4). Diante disso, o produto ora supracitado buscou responder a seguinte questão de pesquisa: “quais os motivos que levam um aluno do curso integrado de Desenho de Construção Civil do PROEJA do IFS Campus Aracaju a permanecer ou desistir deste?” (SANTOS, 2020, p.22). Considerando que, apesar das muitas razões que dificultam a permanência na escola, há um sentido atribuído ao permanecer por aqueles que chegam a concluir o curso.

Tendo em mente as diversas possibilidades e tipologias de produtos educacionais, definidas pela Área de Ensino da CAPES, a escolha da elaboração de uma produção audiovisual se deu em virtude do interesse em experienciar a relação cinema e educação enquanto potência pedagógica, política, emancipatória e artística no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por que ficam os que ficam? é filme documentário, fruto de uma pesquisa-ação, e pode ser acessado nas plataformas digitais EduCAPES⁶, na forma de encarte, e Youtube⁷, local em que o filme se encontra hospedado.

2. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO FILME

A construção do filme documentário perpassou o estabelecimento de quatro etapas de desenvolvimento dos procedimentos adotados: Preparação; Pré-produção; Produção e Pós-produção. Na etapa de preparação foram realizadas três reuniões, ainda presenciais, com o Programa Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A primeira aconteceu em 07 de agosto de 2019 e foi apresentado um pouco da pesquisa de mestrado que estava em desenvolvimento, pautou-se a possibilidade de produzir um produto educacional audiovisual, no caso, um documentário, e foi solicitado o apoio do NICE nessa realização.

Na segunda reunião, em 11 de dezembro de 2019, foi esboçada a formatação de um convênio que abraçasse a parceria entre NICE, o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE), UFS e ProfEPT/IFS, a fim de firmar um plano de trabalho que abrangesse não só produções audiovisuais, mas também outras ações resultantes dessa colaboração. No estabelecimento dessa parceria entre o ProfEPT/IFS e o NICE/PPGCINE/UFS, impulsionados pela pesquisa de mestrado abordada no presente texto, é criado o Núcleo de Trabalho e Estudos em Educação Profissional e Tecnológica e Cinema (NEPTCi), vinculado ao ProfEPT/IFS e resultado de uma coparticipação entre os dois Programas de Pós-graduação.

⁶ Disponível em: <https://youtu.be/AQBPL-jtOuU>. Acesso em: 06 set. 2021.

⁷ Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585076>. Acesso em: 06 set. 2021.

O NEPTCi surgiu com o intuito de colaborar com ações e serviços nas áreas da interdisciplinaridade e transversalidade entre cinema, educação e mundo de trabalho, possuindo como sua estruturação três eixos fundamentais de atuação: a produção, a formação e a disseminação do conhecimento. Com isso, o NEPTCi surge como um espaço formativo capaz de promover o intercâmbio de saberes entre os polos envolvidos, além de contribuir na melhoria de produtos educacionais elaborados no âmbito Pro-FEPT/IFS.

Já na terceira reunião, em 12 de março de 2020, foram tratadas algumas questões acerca do plano de trabalho para firmar o convênio e da realização do documentário, criando um cronograma de produção. Na ocasião, foi definido também que Juliane dos Santos e Diogo Teles iriam dirigir, em parceria, o documentário. A decisão teve por objetivo alinhar e manter a perspectiva da pesquisadora Juliane dos Santos com a experiência e o domínio no campo do audiovisual do realizador e pesquisador Diogo Teles. Essa foi a última reunião presencial antes da pandemia da COVID-19. Por conta dessa crise mundial fez-se essencial refletir sobre novas estratégias de elaboração do filme documentário, considerando que o calendário acadêmico das instituições de ensino, públicas e particulares – inclusive do estado de Sergipe –, precisou ser suspenso a partir de 16 de março de 2020, sendo decretado, quatro dias depois, estado de calamidade pública em todo o território nacional.

Após as implementações de restrições sociais e a partir das recomendações das autoridades de saúde no estado de Sergipe devido à pandemia, ocorreu a primeira reunião remota, no dia 26 de março de 2020. Neste dia, especulou-se a forma como a pesquisa e a elaboração do produto educacional poderiam ser afetados se a nova realidade perdurasse por muito tempo. Na impossibilidade de prever um fim à pandemia do novo coronavírus, foi encaminhada a versão final do termo de cooperação entre as partes demandantes, estruturou-se a equipe de produção do filme e foi iniciada a elaboração do argumento do documentário, isto é, elencado o arsenal de ideias organizadas que dão origem ao roteiro da obra (RODRIGUES, 2007).

As reuniões de planejamento e definições de constituição do filme documentário Por que ficam os que ficam? seguiram de modo remoto nos dias 05, 14 e 28 de maio e 04 de junho de 2020, dado o contexto de crise e sem a perspectiva de retorno às atividades presenciais. As reuniões realizadas nos dias supracitados tiveram por escopo delinear as estratégias de abordagem, a criação de um perfil dos possíveis personagens, os equipamentos e materiais necessários à produção do filme, a escaleta, o roteiro literário e de entrevista, e demais procedimentos a serem utilizados.

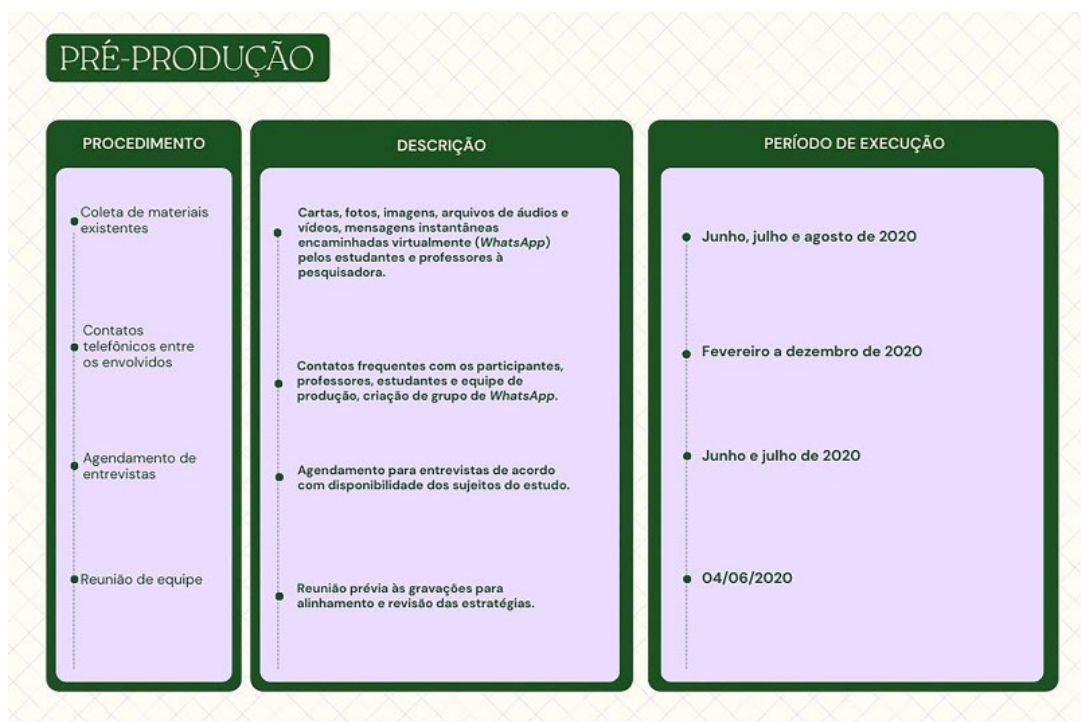
As etapas, os procedimentos, a descrição dos procedimentos e o período de execução de cada um deles estão compilados nas Figuras 1, 2, 3 e 4, logo abaixo:

Figura 1 - Etapa de preparação do filme *Por que ficam os que ficam?*



Fonte: ao Diagramador.

Figura 2 - Etapa de pré-produção do filme *Por que ficam os que ficam?*



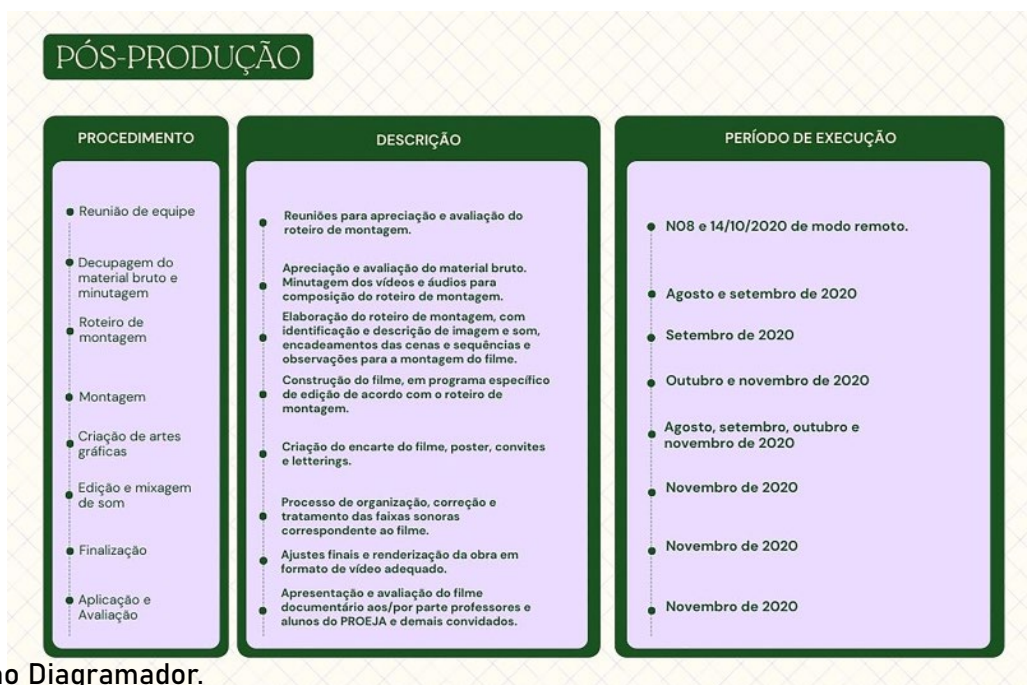
Fonte: ao Diagramador.

Figura 3 – Etapa de produção do filme *Por que ficam os que ficam?*



Fonte: ao Diagramador.

Figura 4 – Etapa de pós-produção do filme *Por que ficam os que ficam?*



Fonte: ao Diagramador.

Considerando que a pandemia afetou boa parte da realização da pesquisa e da construção do filme, tanto no que se refere aos procedimentos metodológicos quanto ao período de execução e à sua estética, foi preciso readaptar o roteiro de produção e a forma de realização das gravações. Por exemplo, antes da pandemia era planejado trabalhar com grupo focal, devido a pandemia necessitou-se adaptar as filmagens para entrevistas individuais, realizadas tanto de modo presencial quanto remoto, este último, via plataforma Google Meet.

Após a consulta aos discentes e docentes para averiguar os que teriam condições de conceder entrevistas remotas e/ou presenciais, constatou-se que para os docentes era possível realizar entrevistas de modo on-line, todavia, para os discentes a realidade era outra, necessitando-se serem realizadas de modo presencial com os que se colocaram disponíveis para tal procedimento. Assim, ficou acordado que para os professores seriam executadas filmagens de modo remoto e para os alunos essa ação se daria de forma presencial, nas suas respectivas cidades e sem que precisassem se deslocar, sendo que esse deslocamento ficaria a cargo dos diretores do filme. As gravações ocorreram nas cidades de Aracaju, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro, todas elas situadas no estado de Sergipe.

Além das mudanças referidas, também houve a redução no número de participantes discentes. Quando aplicados os questionários de identificação de perfil socioeconômico e estudantil (outubro e novembro de 2019), 12 alunos aceitaram participar do filme documentário, contudo, por conta da pandemia, esse número sofreu uma redução para seis discentes somente. Várias foram as razões dessa redução e de não-participação. Dentre elas: falta de recursos tecnológicos para realização das gravações de forma on-line, uma vez que muitos estudantes não possuíam sequer acesso à internet de qualidade para o uso de videoconferências; deslocamento com segurança da pesquisadora e mais um membro da equipe de produção até a residência do estudante a ser entrevistado; e as novas condições de realização das filmagens, sendo de extrema importância a adoção de medidas de proteção e cuidados para com a saúde dos envolvidos no processo.

Em geral, as condições de realização durante esse período de isolamento social afetaram a participação de muitos, inclusive, da equipe de produção inicialmente constituída, tendo que se concentrar nos diretores do filme. Também, na falta de recursos tecnológicos/audiovisuais suficientes para uma melhor qualidade de som, por exemplo. Destaca-se que as gravações foram realizadas em espaços abertos, como em praças ou, ainda que na residência dos entrevistados, privilegiaram ambientes amplos e ventilados, como salas de estar, corredor de área comum e garagem aberta.

Vale ressaltar que, durante esse processo de produção, a colaboração remota foi essencial para a manutenção da comunicação, da definição de estratégias e da organização. Por conta do distanciamento social diversas atividades e etapas da realização foram empreendidas graças a utilização de recursos virtuais e eletrônicos, e contou bastante com o apoio dos serviços da Conta Google: Drive, Meet, Docs, Gmail e Agenda. Quanto às filmagens de modo presencial, a captação de imagem foi executada com uma câmera DSLR da marca Canon, modelo EOS Rebel T5i pertencente ao NICE e o áudio capturado por iPhone, modelo SE, de Diogo Teles. Importa mencionar que as gravações ocorreram de acordo e respeitando a disponibilidade dos entrevistados e somente depois da ciência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Autorização do Uso de Imagem e Depoimento por cada interlocutor, individualmente. A coleta da assinatura se deu de modo on-line para ambas as categorias.

3. AVALIAÇÃO E APLICAÇÃO DO FILME DOCUMENTÁRIO

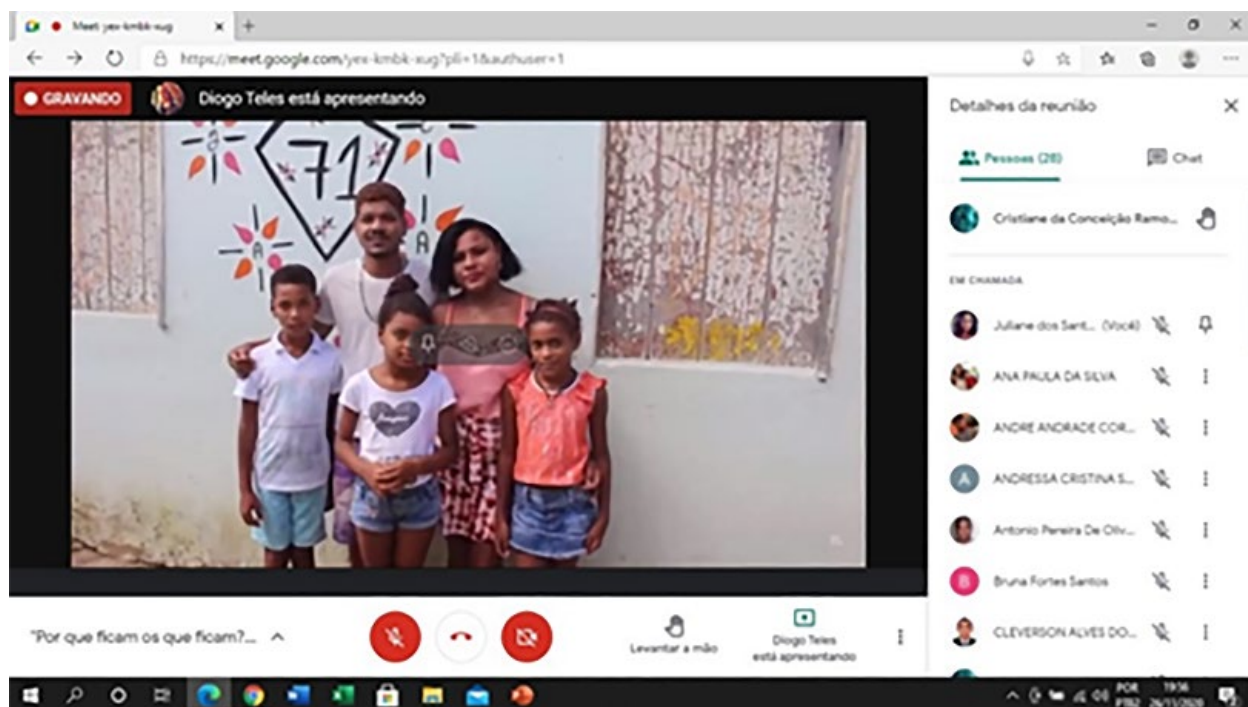
Como supracitado em parágrafos anteriores, aos mestrados profissionais da área de Ensino da CAPES (Área 46), exige-se o cumprimento tanto da criação de um

produto educacional quanto da sua aplicabilidade imediata, contemplando não somente o seu desenvolvimento, mas a avaliação da aplicação do produto (IFES, 2018). A etapa de aplicação e avaliação do produto educacional em questão aconteceu de dois modos, síncrono e assíncrono. Todos os participantes tiveram acesso ao filme, disponibilizado no YouTube e ao questionário de avaliação, hospedado na plataforma Google Forms.

No modo síncrono, foram duas sessões de exibição, via plataforma Google Meet, que priorizaram públicos distintos. A sessão realizada no dia 26 de novembro de 2020 ocorreu das 19h às 21h10min. Nela estiveram presentes 28 pessoas: professores e estudantes do PROEJA do IFS Campus Aracaju.

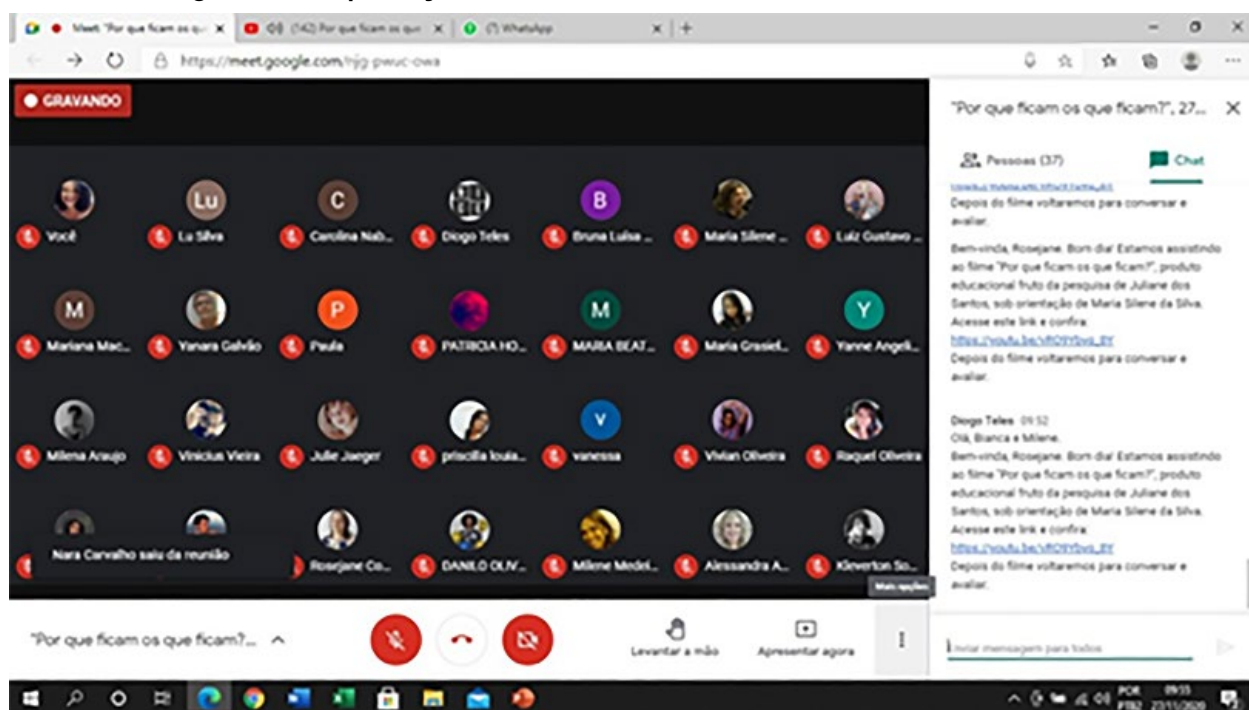
A segunda sessão aconteceu no dia 27 de novembro de 2020, das 9h às 11h. Permaneceram presentes durante a exibição 39 pessoas: professores e estudantes do curso de Cinema e Audiovisual da UFS e demais interessados na temática, como graduandos, pós-graduandos, graduados, pós-graduados e servidores da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe (SEDUC/SE). Houve ainda a presença de integrantes de outras redes da EJA, inclusive pessoas de outros estados do país, como servidores dos Institutos Federais do Acre, da Paraíba, do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Colégio Pedro II (RJ), entre outros. As Figuras 5 e 6 representam esses momentos, respectivamente.

Figura 5 - Aplicação do Filme no dia 26 de novembro de 2020



Fonte: Santos (2020, p. 144).

Figura 6 - Aplicação do Filme no dia 27 de novembro de 2020



Fonte: Santos (2020, p. 144).

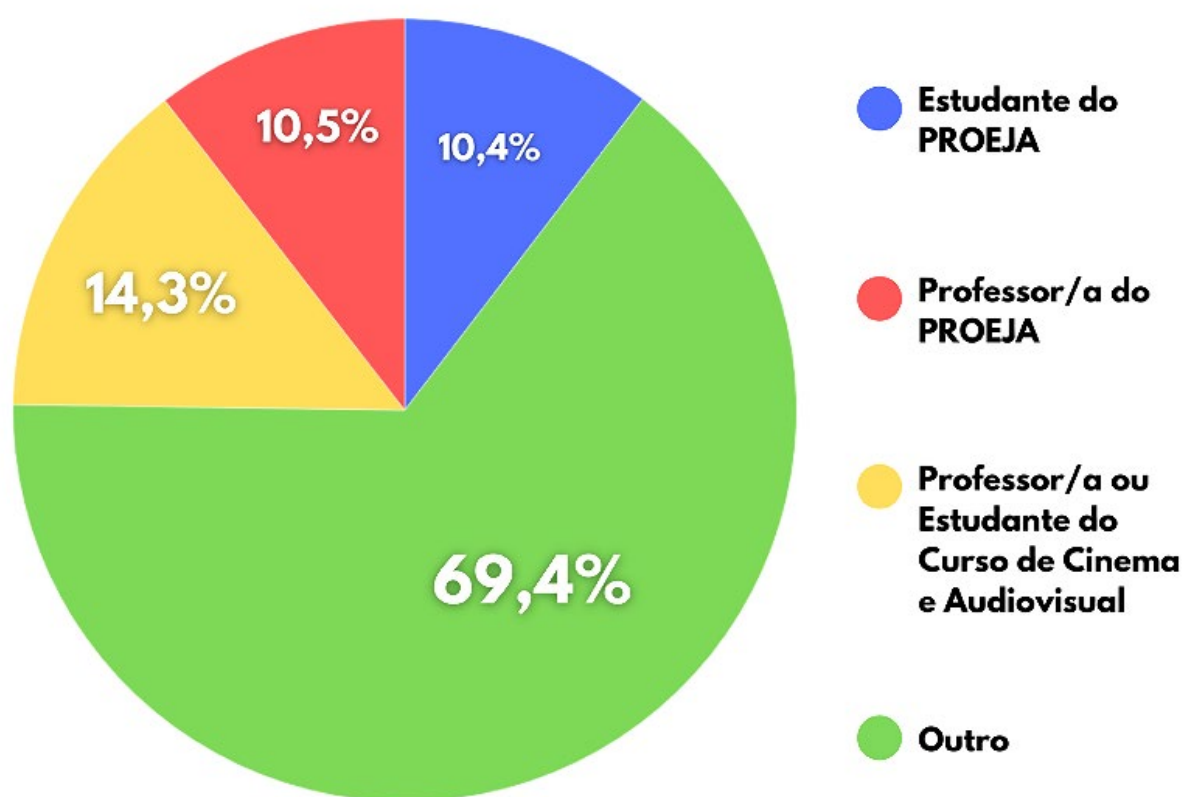
No que diz respeito à Figura 5, importa mencionar que a aparição das imagens das crianças se deu em decorrência de seus interesses e autorizada pelos pais – presentes na foto – a sua divulgação.

Esse momento de aplicação e avaliação contou também com participações assíncronas, que se deram posteriormente, através do acesso de espectadores, ao link direto do filme disponibilizado no YouTube e do acesso ao questionário no Google Forms.

Nos dois dias de aplicação síncrona foram computadas 67 participações (Google Meet), já no modo síncrono foram registradas 10 participações. No total, foram 232 visualizações do filme na plataforma YouTube (Canal: Por Que Ficam Os Que Ficam?) e 77 respostas ao questionário até às 10h do dia 28 de novembro de 2020, quando foi encerrado o período de aplicação. Ressalta-se que o filme não esteve em exposição aberta na plataforma, mas de modo privado, direcionado apenas aos que possuíam o link de acesso disponibilizado pela pesquisadora e pela equipe de produção.

O convite à participação aconteceu mediante cartaz virtual de divulgação de pré-estreia do filme documentário, enviado por meio do WhatsApp. Os convites foram encaminhados a grupos de estudantes e professores do PROEJA, estudantes e professores do curso de Cinema e Audiovisual da UFS e para dois grupos de mestrados e mestres do ProfEPT, um nacional e outro local (IFS). Também foi divulgado pela coordenadora do PROEJA do IFS Campus Aracaju junto a professores e estudantes do curso. A Figura 7 mostra o total de participantes por categoria.

Figura 7 – Total de participantes avaliadores do filme *Por que ficam os que ficam?*



Fonte: Adaptado de Santos (2020, p. 145).

Vale ressaltar que a dinâmica de aplicação síncrona obedeceu a seguinte ordem: recepção aos participantes; explicação da dinâmica de exibição e avaliação; exibição; disponibilização de um tempo para que os participantes respondessem ao questionário de avaliação; debate e encerramento.

A Figura 8 exibe um compilado das respostas dos avaliadores, conforme questionário de avaliação. As questões fechadas (sete questões) foram apreciadas mediante Escala Likert e de acordo com o nível de satisfação: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Não concordo nem discordo, (4) Concordo parcialmente e (5) Concordo totalmente. Textualmente, os avaliadores ainda tiveram a oportunidade de responder a uma questão aberta que tratou de registrar possíveis sugestões e críticas ao filme.

Figura 8 - Identificação dos avaliadores do filme *Porque ficam os que ficam?*

IDENTIFICAÇÃO DOS AVALIADORES POR COR E LINHA					
Estudante do PROEJA			1ª linha		
Professor/a do PROEJA			2ª linha		
Professor/a ou Estudante do Curso de Cinema e Audiovisual da UFS			3ª linha		
Outro			4ª linha		
QUESTÕES	(1) DT	(2) DP	(3) NCND	(4) CP	(5) CT
1. Você considera importante apreender quais os sentidos atribuídos por estudantes do PROEJA em sua permanência na escola, neste caso, no IFS Campus Aracaju?	0	0	0	1 (12,5%)	7 (87,5%)
	0	0	0	1 (12,5%)	7 (87,5%)
	0	0	0	0	11 (100%)
	0	0	0	0	50 (100%)
2. A sensação de pertencimento a um grupo, a uma comunidade escolar é um fator simbólico de permanência dos estudantes no ambiente escolar (REIS, 2016). A partir dos relatos evidenciados nesta produção audiovisual, você avalia que este produto educacional contribui no processo de ensino-aprendizagem e permanência escolar de estudantes do PROEJA?	0	0	1 (12,5%)	1 (12,5%)	6 (75%)
	0	0	0	3 (37,5%)	5 (62,5%)
	0	0	0	2 (18,2%)	9 (81,8%)
	0	0	1 (2%)	4 (8%)	45 (90%)
3. Você considera que este filme documentário é, além de outras finalidades, um material educativo?	0	0	0	2 (25%)	6 (75%)
	0	0	0	1 (12,5%)	7 (87,5%)
	0	0	0	2 (18,2%)	9 (81,8%)
	0	0	0	0	50 (100%)
4. Sobre a estética e organização do filme documentário (áudio/som/linguagem; imagens; construção de cena; roteiro; cores utilizadas; atratividade; compreensão; dinamicidade), você considera que o filme está adequado e transmite, de modo entendível e objetivo a mensagem desejada?	0	0	0	2 (25%)	6 (75%)
	0	0	0	1 (12,5%)	7 (87,5%)
	0	0	0	4 (36,4%)	7 (63,6%)
	0	0	1 (2%)	12 (24%)	37 (74%)
5. Em relação aos estudantes do PROEJA, você considera que o filme documentário te ajudou a compreender "por que ficam os que ficam na escola?" (PAIVA, 2016, p. 112).	0	0	1 (12,5%)	2 (25%)	5 (62,5%)
	0	0	0	2 (25%)	6 (75%)
	0	0	0	0	11 (100%)
	0	0	0	2 (4%)	48 (96%)
6. Você considera que o filme documentário atendeu ao objetivo proposto com a pesquisa (rever objetivo da pesquisa no início do questionário)?	0	0	1 (12,5%)	3 (37,5%)	4 (50%)
	0	0	0	3 (37,5%)	5 (62,5%)
	0	0	0	0	11 (100%)
	0	0	0	2 (4%)	48 (96%)
7. Você considera que o filme documentário "[...] estimula uma mudança de olhar e atitude" (CHISTÉ, 2018, p. 335) para com os estudantes do PROEJA?	0	0	1 (12,5%)	0	7 (87,5%)
	0	0	1 (12,5%)	2 (25%)	5 (62,5%)
	0	0	0	2 (18,2%)	9 (81,8%)
	0	0	0	2 (4%)	48 (96%)

Fonte: Adaptado de Santos (2020, p. 146)

De ambas as categorias, não houve participantes que discordaram totalmente e/ou parcialmente. A maioria dos avaliadores concentraram suas respostas nas colunas “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” – esta última, com maior destaque. Desse modo, conclui-se que o filme foi avaliado positivamente e atende ao seu objetivo, conforme relatos a seguir. Antes, importa dizer que aos professores e estudantes participantes do estudo e identificados na discussão que ocorreu no modo síncrono foi dado um nome fictício para referenciar suas falas. No que se refere ao questionário, este não exigia a identidade dos participantes, portanto foi utilizado o método de identificação da pessoa em sua categoria grupal + uma numeração, conforme os exemplos: professor do PROEJA 1; estudante do PROEJA 2.

Traz-se aqui algumas falas de estudantes e professores do PROEJA proferidas durante a sessão (síncrona) de pré-estreia do filme, entre tantas outras de bastante relevância:

Gostei porque você deu voz aos estudantes, pois eles precisavam ser ouvidos (Professora Betina).

Destaco o potencial da produção audiovisual. Muitas pessoas vão ter acesso ao seu material no YouTube. Esse registro, esse relato, essa fotografia, esse panorama do que a gente precisa saber [...] (Professor Dário).

Eu tive a oportunidade de falar [...] você deu essa voz para a gente na escola (Estudante Nicolas).

O filme deu voz aos estudantes e a coisa ficou bem verdadeira. Você conseguiu captar a essência do que é o PROEJA, simplesmente, porque deu voz. É um trabalho de qualidade e é de muita importância. Parabéns! (Professor Felipe).

Compreende-se o que trazem os professores e estudantes em suas falas, porém, é preciso ressaltar que entende-se não se tratar de “dar voz” a estes sujeitos, mas potencializá-la. Acredita-se e defende-se, neste estudo, que tais sujeitos possuem voz própria e ativa (enquanto protagonistas das suas histórias), por isso, considera-se que o mérito de *Por que ficam os que ficam?* é dar visibilidade e potencializar esta voz.

Dando continuidade, abaixo, estão postos os discursos oriundos dos registros avaliativos feitos a partir do questionário:

Estudantes do PROEJA:

Muito Bom! Meus parabéns! E gostaria agradecer a todos do PROEJA, pois estou voltado aos estudos depois de 12 anos e estou tendo essa grande oportunidade para tentar me formar (Estudante do PROEJA 1).

Adorei muito pelo comentário pelo filme crítica não tem obrigado professora Juliana e a todos professores do IFS (Estudante do PROEJA 2).

Amei ficou ótimo parabéns Juliana e Diogo documentário nota 10 (Estudante do PROEJA 3).

O filme foi maravilhoso e gostaria de estar sempre junto dessas pessoas maravilhosas que hoje, direta ou indiretamente fazem parte da minha vida agora... (Estudante do PROEJA 4).

Professores do PROEJA:

Muito bom o filme. Seria bom que todos os alunos do Proeja assistissem. A falta de motivação é grande, ajudaria muito (Professor/a do PROEJA 1).

Parabéns por esse olhar cuidadoso ao falar do PROEJA (Professor/a do PROEJA 2).

Ver isso em meio à Pandemia... deu muita saudade dos alunos (Professor/a do PROEJA 3).

Excelente material. Parabéns pelo olhar sensível (Professor/a do PROEJA 4).

O conteúdo poderia ser mais acessível com legenda, janela de Libras e audiodescrição. No entanto, entendo que isso pode necessitar de uma estrutura que os autores não possuem. Fica a sugestão de inserir em futuras versões ;-) (Professor/a do PROEJA 5).

Parabéns, Juliane e Diogo! Pelo trabalho muito produtivo. O trabalho reflete a atenção que devemos ter com as pessoas. Tem um roteiro bem claro e que conecta as falas com a realidade comum à maioria dos alunos do PROEJA do Norte ao Sul do nosso país (Professor/a do PROEJA 6).

As imagens apresentadas no documentário estão ótimas. As cenas iniciais, apresentando a estrutura física do IFS, com espaços vazios, sem a presença de alunos e professores, deixaram-me muito saudosa e triste. Provavelmente o silêncio seja significativo para esse momento do filme (Professor/a do PROEJA 7).

O relato do/a professor/a 5 sugere a inserção de recursos de acessibilidade. Esta recomendação é, sem dúvidas, muito válida para o aperfeiçoamento deste produto no que se refere a acessibilidade e inclusão. Durante a produção do documentário, foram encontradas limitações referentes a recursos financeiros e a disponibilidade de tempo. Deste modo, para essa versão do filme foi possível atender apenas à aplicação de legenda. Para tanto, é possível utilizar a função de legendas automáticas, fornecida pelo YouTube, que pode ser habilitada a critério do espectador.

Professor/a ou Estudante do curso de Cinema e Audiovisual da UFS:

Foi Lindo!!! E muito necessário, obrigada à equipe e direção por essa obra (Professor/a ou Estudante do curso de Cinema e Audiovisual 1).

Filme muito lindo, emocionante e necessário (Professor/a ou Estudante do curso de Cinema e Audiovisual 2).

Assim que possível, será importante que seja compartilhado, exibido em espaços de educação, cineclubes, também mostras e festivais, seguido de rodas de diálogo e debate (Professor/a ou Estudante do curso de Cinema e Audiovisual 3).

Só tenho que elogiar!!!! Perfeito, não tinha nenhuma noção sobre o que era ou como funcionava o PROEJA e consegui entender isto e também entender a “problemática” da pesquisa em si. Parabéns! (Professor/a ou estudante do curso de Cinema e Audiovisual 4).

Me encontrava distante de assuntos relacionados ao PROEJA, mal conhecia. Após o documentário, pude entender e conhecer as vivências desses estudantes e direcionou meu olhar para o assunto. Me emocionou bastante sobre um assunto que mal conhecia (Professor/a ou Estudante do curso de Cinema e Audiovisual 5).

Nessas falas vale destacar o encontro dos avaliadores com o PROEJA, isto é, a sua visibilidade a outros públicos para além daqueles que atuam diretamente no campo educacional da EJA integrada à EPT. Vê-se, também, a relevância e importância dessa produção audiovisual para a sociedade.

Na categoria “outro”, abaixo, o questionário avaliativo também registrou muitos depoimentos (38) no que diz respeito à questão aberta. Na impossibilidade de trazê-los aqui, filtrou-se alguns.

Outro:

Terminei de ver o documentário chorando! Que lindo ver a importância da escola para a vida dessas pessoas, os sonhos... Parabéns pelo trabalho! Muito relevante! Acredito que participar dessa pesquisa vai contribuir ainda mais na permanência desses que ficaram... lindo trabalho!! <3 (Outro 1)

Achei o filme comovente, de linguagem acessível, mas não por isso simplista. O filme discute um problema real, que permanece há séculos, o da não formação escolar, e problematiza suas possíveis soluções, o modelo EJA, ainda tão necessário à nossa realidade. O filme também discute algo imprescindível, a adequação do projeto pedagógico à realidade dos alunos e a necessidade de integração entre as disciplinas e de uma educação humanizadora. Parabéns pela linda pesquisa! (Outro 2).

Considerarei um material muito rico e importante. Levanta a importância dos Institutos Federais na mudança social e econômica do país (Outro 3).

O filme é de uma estética delicada e sensível ao que a temática se propõe. O tema é sensível, por isso a maneira como foi construído (fotografia, depoimentos/roteiro) atendo a proposta e reflete a realidade em que estamos vivendo, com a diversidade da captura das imagens. Recomendação apenas para que se pensem a acessibilidade (Outro 4).

Sem dúvida, o filme documentário desperta para uma realidade um

pouco esquecida e de grande necessidade de debate. Como dito pelos participantes, os alunos do PROEJA não deixaram de estudar por falta de interesse, mas por falta de oportunidade. O documentário traz imagens que despertam e emocionam sobre a temática. O filme documentário foi suficiente para despertar em mim a vontade de um dia trabalhar com a educação de jovens e adultos. Sem dúvida alguma, a pesquisa será de grande relevância para o IFS, Campus Aracaju (Outro 5).

O produto é muito bom, de altíssima qualidade. Foi bem emocionante! Os depoimentos tocam nos pontos-chaves da EJA. Com o documentário revivi os 12 anos que trabalhei na EJA do Estado, os problemas eram exatamente esses (Outro 6).

Minha sugestão é que se programe uma agenda de exibição fazendo uso do circuito de mostras em campi do IFS e UFS, assim como na rede pública. Parabéns a toda equipe! Tocou-me profundamente! Emocionante! (Outro 7).

O documentário foi capaz de capturar as subjetividades dos sujeitos da EJA. Mais ainda. Considera as percepções, as sensibilidades e experiências dos/as estudantes acerca de sua formação. Fiquei muito entusiasmada com o que vi e ouvi. Parabéns a todos os envolvidos! (Outro 8).

Me tocou muito. Acredito que esse filme deva ser exibido nas escolas, universidades e no Cine Vitória. Precisamos falar sobre isso (Outro 9).

O conteúdo é excelente e pensar a respeito é muito importante. O áudio às vezes não ficava muito bom, mas não atrapalhou a experiência. Foi muito fácil perceber o quanto um(a) educador(a) preocupado(a) com o aprendizado dos alunos e ciente de suas dificuldades em razão dos contextos sociais impacta positivamente na vida dos educandos e na própria sociedade (Outro 10).

Só elogios. Produção atrativa que deixa claro que o “fracasso escolar” é resultado de diversos fatores, alguns alheios ao educando, e que a instituição de ensino influencia diretamente tanto para o “êxito” como para o “fracasso” escolar (Outro 11).

Ficou clara na fala dos estudantes a importância do papel do professor. Os que permaneceram o fizeram em grande medida por causa dos professores e professoras que os estimularam, que os compreenderam. O professor/professora tem nas mãos o poder de fazer um estudante se tornar um profissional de sucesso (Outro 12).

Fica nítido a produção de seu tempo. Uma produção durante uma pandemia se coloca em sua posição distinta. O novo como real! Emocionante, forte e educativo. Traz a realidade que não consta nos currículos. Parabéns aos envolvidos e em especial a pesquisadora (Outro 13).

Várias foram as avaliações que fizeram os professores e estudantes do PROEJA, professores e estudantes do curso de Cinema e Audiovisual da UFS e demais participantes no momento do debate, contudo, não é viável trazer todos os relatos para discussão neste texto. Avalia-se que o filme documentário se apresenta como um produto educacional relevante no processo de ensino-aprendizagem e permanência dos estudantes da EJA integrada à EPT do IFS Campus Aracaju, quiçá de outros espaços formais e não formais de ensino. Na sequência, apresentam-se algumas considerações sobre essa experiência de produção.

4. CONSIDERAÇÕES

Espera-se que a potência de *Por que ficam os que ficam?* e deste relato aqui empreendido alcancem as pessoas e sirvam de inspiração e referência no campo da Educação Profissional e Tecnológica, do Cinema e da interdisciplinaridade. Compreender as particularidades do PROEJA por meio da pesquisa-ação e articulando essa jornada à criação audiovisual, certamente ajudou a ampliar a visão de mundo dos envolvidos, proporcionou aos sujeitos um espaço de diálogo com falas e escutas atentas, além de pautar questões urgentes à sociedade.

Pretende-se ainda fazer com que esse filme chegue para mais pessoas, investindo em recursos de acessibilidade, em uma remontagem e reedição com alguns cortes para melhorar a dinamicidade da obra e também inscrever o documentário em festivais, mostras e em outros eventos que corroborem com sua difusão e visibilidade.

REFERÊNCIAS

IFES. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional: **Regulamento**. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/regu>. Acesso em: 06 set. 2021

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 2 nov. 2020.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS. Juliane dos. **Por que ficam os que ficam? Permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe Campus Aracaju**. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2020.

ENTRADA DE COR

Um relato de experiência da apresentação e estreia do documentário no Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Raquel de Oliveira Mendes⁸

Rodrigo Bozi Ferrete⁹

1. INTRODUÇÃO

De forma genérica, a discussão das ações afirmativas, relaciona-se com o debate de igualdade e justiça enquanto instrumento que possibilita a reparação de quem teve seus direitos historicamente violados, pois são concebidas como medidas que buscam a concretização de direitos fundamentais, tanto sociais quanto individuais, a grupos que sofrem com os efeitos da desigualdade.

Assim, a ação afirmativa constitui meio (e não fim) para a materialização do direito à igualdade, pois, através dela se pode transmutar da igualdade formal para a material, por intermédio de um conjunto de ações voltadas para proteger o indivíduo ou grupos que historicamente tiveram seus direitos negados passando por privações e negações que os impediram de gozar a plenitude da dignidade humana por desigualdades manifestas nas questões étnico-raciais, de gênero, nacionalidade, geracionais, sexuais, religiosas ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas, como defende Silva (2007, p.50).

Pensar a questão étnico-racial sempre está na ordem do dia, não somente pelo escancaramento das desigualdades étnico-raciais e de classe que a pandemia da Covid-19 trouxe ou pelo movimento “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam)¹⁰ que voltou os olhos do mundo para essa agenda, mas, pelo fato, sobretudo, de que as abismais desigualdades raciais no Brasil são históricas e latentes, principalmente com a população negra.

⁸ Assistente Social da Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - IFS. Doutoranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC Paulista (PGPP/UFABC). E-mail: raqueloliveira.as@gmail.com.

⁹ Doutor em Educação pela UFS. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Coordenação de Licenciatura em Matemática e do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFS. E-mail: rbferrete@gmail.com.

¹⁰ Tal movimento na atualidade, foi ocasionado pela morte, por violência policial, do negro estadunidense George Floyd, que, já rendido, foi asfixiado durante uma abordagem, pelas mãos de um policial branco. Tal situação possibilitou se vivenciar no mundo, uma grande mobilização no ano de 2020, em plena pandemia, que novamente trouxe à tona profundos debates e reflexões em torno do fim do racismo, preconceito e discriminação racial.

Além disso, nosso país irá completar uma década da Lei nº 12.711/2012 (Lei das cotas) neste ano de 2022 e este documento legal trouxe nos últimos anos, em diversas esferas da sociedade, principalmente, na área da educação, o assunto para o centro das atenções, devido todo debate que a adoção de políticas de ações afirmativas para acesso nas Instituições Federais de Ensino (IFE's) gerou e ainda gera em nossa sociedade. É pela perenidade e sempre atualidade da temática, que propusemos, como produto de nosso estudo de mestrado, um documentário com os discentes envolvidos na pesquisa, que no caso, são os estudantes negros que adentraram no IFS por cotas sociorraciais no curso presencial do Ensino Médio Integrado (EMI) de Informática do Campus Aracaju, curso de maior concorrência dessa modalidade nos processos seletivos de 2016/2017.

O documentário foi gravado com quatro discentes e, quando pensamos na elaboração desse produto educacional, estávamos movidas pelo “impulso investigativo” (SAVIANI, 2007) de nossa pesquisa, que nos conduziu a algumas questões sobre a temática da questão étnico-racial no IFS, como: qual o lugar e como vem sendo (ou não) tratada a questão étnico-racial no IFS? A “falta/pouca” visibilidade e (não) trato dessa questão ocorre por qual (ais) motivo (s)? Existe uma demanda discente reprimida? Existe (in) visibilidade do racismo na instituição? Onde se encontram os estudantes negros do IFS?

Dada a complexidade do tema e a grande quantidade de dados e análises decorridos da pesquisa original, este artigo explicita de forma geral o que se propôs o estudo e traz um breve relato de experiência sobre o momento de apresentação e estreia do documentário junto à equipe envolvida na produção, bem como, junto à comunidade acadêmica do IFS, lócus de nossa análise.

Para maior detalhamento dos dados e dos momentos de gravações, sugere-se aos leitores que acessem a dissertação de mestrado¹ e o documentário “Entrada de Cor”, disponível para acesso e download na plataforma EduCAPES. Nas seções seguintes exporemos os procedimentos metodológicos utilizados para a gravação do filme; o relato da experiência de apresentação e estreia do documentário e, por fim, as considerações finais do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que deu origem ao documentário aqui tratado é caracterizada como de estudo de caso, natureza qualitativa e aplicada, desenvolvida durante o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT - IFS). Como principal mote, analisamos o processo de acesso, permanência e êxito dos estudantes negros do IFS Campus Aracaju. Tal objetivo trouxe debates que permitiram particularizar a questão étnico-racial na instituição e remeteu à realidade sócio-histórica que se evidencia nos sujeitos diretamente atingidos por ela. Nessa direção, adentramos em um mundo de significados, valores, crenças etc., que aqui tentamos decifrar. Assim sendo, nota-se a característica da natureza qualitativa do estudo, como destaca Minayo (2001, p. 22)

¹A dissertação de mestrado que evidencia a pesquisa completa é intitulada - O “COMBO” DA TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO ESCOLAR NO IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do Campus Aracaju. Tal trabalho encontra-se disponível no repositório institucional do IFS e pode ser acessado, na íntegra, através do link direto: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1031>.

Como recorte do público pesquisado neste trabalho, entendemos o universo (população) da pesquisa, os estudantes negros do IFS - campus Aracaju. A amostra considera a parcela desses discentes que adentraram na instituição por cotas sociorraciais do grupo “B” nas seleções dos anos de 2016 e 2017, de acordo com levantamento realizado, no curso presencial de Ensino Médio Integrado em Informática, mais concorrido na seleção de acesso. Identificamos, pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE online) os estudantes ingressantes pelas cotas eram assistidos com auxílios e bolsas financeiras de vulnerabilidade socioeconômica.

Estabelecemos parcerias técnicas e institucionais para a gravação do documentário da pesquisa e foi nessa saga que conseguimos o aparato do estúdio da Educação a Distância (EaD) do IFS, bem como nos articulamos com 2 (dois) coletivos da Universidade Federal de Sergipe (UFS): o coletivo “Sala de Reboco” e “Nós Negros”, cujos trabalhos com fotojornalismo sensível e de imersão junto às minorias sociais favoreceu uma abordagem não invasiva, leve e educativa junto aos entrevistados. Realizamos reuniões coletivas, nas quais constatamos a necessidade de uma mudança no instrumento e na abordagem a serem utilizados para a coleta de dados, pois, diante de um público jovem, com faixa etária entre 14 e 19 anos, como o da nossa amostra, foi imperativo estabelecer uma estratégia dinâmica, leve, lúdica para captação das informações.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, exigiu sua aprovação junto ao comitê de ética¹². Todo o cuidado com os preceitos legais foi tomado, tanto na identificação das verbalizações expostas no documentário e dissertação de mestrado, quanto na questão do uso da imagem dos discentes. Diante disso, para cada estudante demos o cognome de Crisântemo de diferentes cores, escolha inspirada na ideia adotada por Souza (2018).

A estratégia de coleta de dados que adotamos junto aos estudantes durante as gravações para captar as informações que objetivamos foi a entrevista narrativa, que segundo Souza (2018, p. 123)

está no campo da pesquisa (auto)biográfica, com fonte de investigação nas diversas formas de narrativas orais (posteriormente transcritas), manuscritas ou digitadas, de modo que o narrador faz uma reflexão acerca de suas experiências pessoais e profissionais.

No caso de nosso estudo, o foco de investigação (auto)biográfica foram os estudantes cotistas participantes da pesquisa e a ideia era que eles trouxessem as informações de maneira leve e natural, mas, ao mesmo tempo, de forma educativa e reflexiva para a vida deles.

A cada encontro, utilizamos dinâmicas lúdicas, para que as informações fluíssem sem constrangimentos. Nos valem de vídeos, imagens de pinturas que retratavam o assunto e uma possível relação com o cotidiano deles na família, escola e outras instituições da sociedade. Outra estratégia usada foi de dar doze temas¹³ os quais contives-

¹²O parecer de aprovação no comitê de ética foi de número 2.784.545.

¹³Os temas utilizados foram: felicidade, amor, família, saudade, profissão, cotas, sala de aula, preconceito, futuro, identidade, racismo, amizade.

palavras-chave da coleta de dados, para eles entrevistaram uns aos outros explorando ao máximo a temática abordada. A ideia não era apenas coletar dados, mas também conhecer um pouco mais daqueles estudantes, fazê-los sentir-se importantes e protagonistas do processo do documentário, contribuir para seu amadurecimento e processo educativo dentro da temática, perceber seus sentimentos diante do mundo e do que viviam, já que eles seriam o elenco principal e sujeitos basilares na difusão de informações, sentimentos, sensações para que a coleta de dados ocorresse da maneira mais fiel e transparente possível à realidade transmitida.

Também houve ocasião em que tivemos um bate-papo em formato de roda de conversa para falar sobre suas trajetórias escolares, entrada no IFS, sensações após ingresso no instituto e o que era ser cotista na instituição. Após esse momento, solicitamos que os mesmos escrevessem e narrassem acerca do que sentiram ao reviver todas aquelas lembranças. Como se pode notar, utilizamos várias estratégias, sem perder de vista os objetivos, o roteiro daqueles dados que queríamos capturar, bem como a multiplicidade de fatores que perpassam a vida daqueles sujeitos que estávamos entrevistando.

O documentário com os discentes envolvidos na pesquisa é intitulado “Entrada de cor”, e se encontra disponibilizado na plataforma EduCAPES. Na seção seguinte iniciaremos a exposição dos resultados encontrados na análise documental junto ao arcabouço institucional de assistência estudantil, bem como a análise das entrevistas junto aos estudantes no processo de gravação do documentário.

3. A APRESENTAÇÃO E ESTREIA DO DOCUMENTÁRIO “ENTRADA DE COR” NO IFS

O programa de mestrado a que está vinculado este estudo é de natureza profissional e tem como uma das exigências para sua conclusão, além da elaboração da dissertação, a execução e validação de um produto educacional junto à comunidade público-alvo da pesquisa. Assim, a proposta de um mestrado profissional remete a uma

[...] imersão na pesquisa, [...] no sentido de que o mestre profissional possa compreendê-la e saber como utilizá-la, [...] o que se propõe é que o profissional seja um pesquisador de sua prática e, para isso, a formação deve estar toda ela orientada para a pesquisa, de modo que o trabalho final de conclusão seja o resultado dessa pesquisa. (ANDRÉ; PRINCEPE, 2017, p.105).

As inquietações que nos moveram à pesquisa geraram como hipótese a existência de demandas étnico-raciais reprimidas, que estavam silenciadas e “invisibilizadas” no IFS. Por isso, acreditamos que um documentário que tomasse repercussão institucional pela via do mestrado viesse dar visibilidade à temática e protagonismo a esses sujeitos, fato que realmente aconteceu, pois, percebemos que os/as estudantes estavam vestidos com o acúmulo de circunstâncias vivenciadas – muitas delas dotadas de racismo, preconceitos de inúmeras espécies, injustiças etc. e, por vezes, utilizaram o espaço das gravações como desabafo dessas situações.

A escolha do documentário se deu ainda pelo fato de percebermos a potencialidade educativa que tal produção tem para dialogar com o público de jovens como são os/as estudantes do IFS, pois, como o elenco principal do filme foram os discentes, eles

falariam numa linguagem acessível e facilmente assimilada por seus pares, tendo em vista que a ideia é que o material produzido, por ter um conteúdo interdisciplinar, seja utilizado não somente em sala de aula, mas também em outras atividades educativas que sejam desenvolvidas pelo instituto.

A potencialidade do documentário como recurso audiovisual estratégico de comunicação, divulgação e debate é ressaltado por Santos, Gurgel e Augusto (2018, p. 130)

O audiovisual, quando utilizado como recurso de construção de dados de pesquisa e como procedimento metodológico para discussão e validação mediante a realização de cindebates como forma de apreensão e reconhecimento do mundo a partir das representações sociais vem se mostrando eficaz, sobretudo, como estratégia de comunicação e divulgação científica, com objetivo de veicular informações ao público em geral.

Após a finalização das gravações, passado o processo de edição, apresentação, aval junto ao rol de estudantes participantes e demais equipe envolvida na produção, os estudantes envolvidos na gravação do documentário assinaram um termo de consentimento de uso de imagens e depoimentos, bem como, depois da sua validação final antes do evento de estreia, os atores deram seu aval em documento específico (Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos produzidos e não edição após validação), garantindo a não edição do documentário.

Figura 1 - Reunião para apresentação e aval junto ao rol de estudantes participantes e demais equipes envolvidas na produção do documentário pós-edição.



Fonte: Autoria Própria

A primeira foto expõe o último encontro que tivemos antes da estreia do documentário. Foi o momento em que todos os envolvidos na produção do filme assistiram a ele juntos e relataram as observações para edição no que se refere a acréscimo e corte de cenas. Foi uma etapa importante, exigida pelo comitê de ética que aprovou a execução da pesquisa, em que os discentes assinaram um termo de não mais edição após as observações pontuadas.

Para estreia, organizamos um evento de 2 dias, com duração de 2 horas para o lançamento junto ao público do IFS do documentário “Entrada de cor”, título dado à produção. Adiante, segue o material utilizado para divulgação do evento e que também é a capa do documentário.

Figura 2 - Capa do Documentário



Fonte: Autoria própria.

A ilustração foi feita pelo jornalista Rafael Amorim dos Santos do Coletivo Sala de Reboco e, de acordo com ele, a ideia foi construída na perspectiva de explorar a pluralidade e, ao mesmo tempo, a individualidade de cada personagem apresentado.

Visualmente, a escolha pela edição partiu de um rascunho e pintura, práticas geralmente associadas ao processo de aprendizado na escola. Nesse sentido, a decisão de dividir as fotos e juntá-las de forma não linear cumpre o propósito de unir cada um dos personagens na mesma situação, enquanto alunos cotistas da instituição. Ao misturar

os recortes, a proposta é de sentimento compartilhado, mostrando como, apesar de distintos, esses personagens vivenciam experiências semelhantes naquele ambiente.

O título e a borda de caderno também podem ser associados à escola e aos materiais utilizados no desenvolvimento educativo. Em síntese, a arte busca evidenciar a construção dessas personas dentro de um coletivo que é protagonista de narrativas as quais se cruzam. São partes misturadas e juntas ao mesmo tempo, para representar a unidade na diversidade.

O evento de estreia foi aberto a quem tivesse interesse pela temática e houve divulgação do estudo junto à página eletrônica e redes sociais oficiais do IFS. Contamos com 83 participantes entre estudantes e servidores (professores e técnicos administrativos) do instituto, conforme pode ser verificado nas imagens a seguir:

Figura 3 - Evento de estreia do documentário junto à comunidade do IFS – apresentação da autora da pesquisa.



Fonte: Autoria própria.

Figura 4 - Evento de estreia do documentário junto à comunidade do IFS– público assistindo.



Fonte: Autoria própria.

Figura 5 - Evento de estreia do documentário junto à comunidade do IFS – exibição junto ao público.



Fonte: Autoria própria.

Figura 6 - Parte da equipe de produção e participação do documentário no evento de estreia junto à comunidade do IFS.



Fonte: Autoria própria.

Acima, segue a foto com a parte da equipe que se fez presente no primeiro dia do evento de estreia do documentário.

A dinâmica utilizada durante a exibição, que possui duração em torno de 30 minutos, foi de compartilhar um pouco da trajetória de idealização, pesquisa, construção e gravação do produto educacional aqui tratado. Foi franqueado o espaço para que os discentes participem e evidenciem como foi todo esse processo na vida deles/as.

Figura 7 - Elenco protagonista do documentário relatando a experiência e participação durante o evento de estreia.



Fonte: Autoria própria.

A foto supra marca o momento em que os discentes participantes do documentário elencaram a importância que representou a participação no documentário para a vida deles. Aqui, o Crisântemo Amarelo verbalizou a ansiedade e prazer que tinha nos dias dos encontros e vivências para as gravações. Suas palavras para descrever esse momento foram de que foi uma experiência “marcante, única e incrível”. O Crisântemo Laranja destacou seu amadurecimento em torno da temática no decorrer da nossa trajetória de produção e disse o quanto foi enriquecedora para sua vida, a sua participação.

Passada essa partilha, escutamos a música “Cidadão”, de Zé Ramalho e, a partir dela, e de todo o conteúdo exposto até então, iniciamos uma reflexão em torno da questão étnico-racial no IFS e como ela perpassa nosso cotidiano através da (re)produção de preconceitos e discriminações que, em muitas ocasiões, minimizamos ou não nos apercebemos que cometemos e que marca o outro, por vezes, de forma adoecedora e incommensurável.

Houve algumas intervenções no debate por parte dos estudantes, com avaliações do comportamento da turma em que se evidenciavam situações de discriminação,

preconceitos e até racismo no cotidiano de sala de aula. No final, surgiram algumas verbalizações destacando, de maneira muito positiva, o documentário.

Entendemos, entretanto, a relevância em ampliar a aplicação nosso produto educacional no âmbito da EPT, porque a compreendemos como um espaço profícuo para se aventar a questão étnico-racial e ressignificá-la, tendo em vista que há poucas discussões da temática no âmbito de tal modalidade de ensino. Contudo, ao estudar a história da educação profissional e tecnológica no Brasil, observa-se que as instituições de profissionalização foram criadas, inicialmente, com o foco da formação para o trabalho, consideradas de baixo prestígio social e voltadas para a população excluída como camponeses, mendigos, ex-escravos, órfãos, desvalidos da sorte etc. No tocante a esse processo, Kuenzer (2007, p. 27) pondera:

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres, retirando-os das ruas. [...] Essas redes sempre estiveram de alguma forma (des)articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde a demandas de inclusão/exclusão. O Ensino Médio inclui os socialmente incluídos; para os excluídos, alguma modalidade de preparação para o trabalho, orgânica aos modos de produzir mercadoria que historicamente foram se constituindo.

A inquietação se faz ao pensar como uma instituição como o IFS, que traz na sua história a marca de eclodir voltada para atender à população historicamente excluída, dentre a qual se incluem ex-escravos e seus descendentes, por exemplo, não ter uma discussão e política avançada voltadas para essa população?

Esperamos que o trabalho do qual originou a pesquisa e as reflexões trazidas no documentário aqui pautado contribuam para mudança desse cenário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, evidencia-se que este trabalho, enquanto uma produção de inovação tecnológica, traz em seu âmago um ineditismo no sentido de, ao trazer à tona a trajetória de formação escolar (acesso, permanência e êxito) dos estudantes cotistas do IFS Campus Aracaju, se possibilita uma leitura diagnóstica do cenário do instituto na esfera da questão étnico-racial.

Se este documentário servir de base para o instituto ousar mais em suas discussões, políticas e ações afirmativas, já é de uma enorme valia. Que não somente o IFS, mas, todas as instituições federais de ensino, sejam elas universidades ou institutos federais, entendam a importância de se considerar a questão étnico-racial não somente na intencionalidade documental, mas, nas práticas institucionais cotidianas, quer seja na elaboração das políticas, ações educativas e fazer em sala de aula. Acreditamos que o maior saldo desse trabalho é que seus resultados venham a canalizar caminhos para que o IFS sempre reflita sua posição no debate da questão étnico-racial. Se faz fulcral, ainda, não somente avançar no debate, mas também envolver os estudantes e servidores no controle social das políticas e ações a serem elaboradas. Ultra-

passar as paredes institucionais é uma contrapartida social que o instituto, enquanto pertencente ao serviço público, deve à sociedade, sobretudo, àqueles com dificuldades de acesso e que, historicamente tiveram seu direito à educação relegado e historicamente precarizado.

Entendemos este trabalho como uma semente lançada, que de maneira alguma se esgota nas páginas de nossa pesquisa, nem tampouco no documentário produzido, mas a aspiração é que estudos mais aprofundados na esfera do ensino com sujeitos docentes e discentes, base curricular, formação e gestão para a diversidade étnico-racial, bem como a vida dos egressos cotistas do IFS sejam possibilidades de futuras pesquisas a ser desenvolvidas.

Ressaltamos que a experiência foi riquíssima não somente para a pesquisadora, como também para todos os sujeitos e as mais de vinte mãos que se envolveram na produção do documentário, fruto de nosso estudo. Certamente, foi uma trajetória muito mais de aprendizados do que de contribuições.

Nossa torcida é ver os resultados aqui apresentados contribuindo não somente para a identificação e compreensão dos possíveis mecanismos geradores das desigualdades raciais e étnicas no IFS, mas também para minimização e combate à desigualdade e ao racismo institucional, além da contribuição e desenvolvimento de estudos sobre negras e negros no campo das Ciências Exatas e Tecnológicas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. O Lugar da pesquisa no mestrado profissional em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 103-117, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 09 set. 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio: novos desafios**. In: KUENZER, Acacia Zeneida (Org.). **Ensino Médio – construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDES, Raquel de Oliveira. **O “combo” da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1031>. Acesso: 08 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18.

ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Documentário e cinedebate como estratégia de pesquisa-ação em saúde: comunicando perigos, construindo saberes, promovendo saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, Vitória, 20(2), p. 129-139, 2018.**

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Políticas de ação afirmativas para negros no Brasil: Considerações sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico nacional e internacional. **Revista. Jur.**, Brasília, v. 8, n. 82, p. 64-83, 2007.

SOUZA, Izanete Marques. **Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas**. Curitiba: Appris, 2018.

SENSIBILIZAÇÃO - A PESSOA PARA ALÉM DA DEFICIÊNCIA

Um relato de experiência sobre o processo de criação de documentários

Cíntia Pessôa Rezende Barreiros ¹⁴
Albéria Cavalcanti de Albuquerque ¹⁵
Rosilei Justino da Silva ¹⁶
Selma Dorriguette de Oliveira ¹⁷

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por finalidade relatar a experiência da pesquisadora Cíntia Pessôa Rezende Barreiros, sob a orientação da Professora Doutora Albéria Cavalcanti de Albuquerque no processo de elaboração, produção e aplicação de um Produto Educacional, em formato de documentário, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Octayde Jorge da Silva.

O material produzido originou-se a partir da necessidade de desenvolver um Produto Educacional de aplicabilidade prática e imediata que respondesse à problemática da pesquisa-intervenção denominada: O documentário como ferramenta para conscientização sobre a importância de práticas atitudinais inclusivas, na qual identificou-se a necessidade de conscientização e sensibilização da comunidade escolar a respeito das práticas atitudinais e pedagógicas que pudessem contribuir de maneira efetiva para a inclusão das pessoas com deficiência.

A problemática da pesquisa surgiu a partir da dissonância entre o que é proposto pela Lei Brasileira de Inclusão - Lei n.º 13.146/2015 (BRASIL, 2015) e o que realmente ocorre nas práticas diárias dentro dos ambientes de ensino. Neste tocante, Silva e Carvalho (2017); Dambrós e Mori (2015) e Ribeiro, Simões e Paiva (2017) também apontam que embora a legislação brasileira estabeleça os direitos e as garantias das Pessoas com Deficiência (PcD), a prática educacional e as pesquisas a respeito do tema indicam

¹⁴Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (ProfEPT/IFMT). Membro do Grupo de Estudos em Ensino Técnico e Tecnológico (GPET). E-mail: cintiaprofep@gmail.com.

¹⁵Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora titular do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IFMT). E-mail: alberia.albuquerque@cba.ifmt.edu.br.

¹⁶Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (ProfEPT/IFMT). Técnica Administrativa Educacional na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC/MT). E-mail: rosi.jus@hotmail.com.

¹⁷Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (ProfEPT/IFMT). Técnica Administrativa Educacional na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT). E-mail: selma_dorriguette@hotmail.com.

algumas lacunas no seu efetivo cumprimento. Sendo a incompreensão dos docentes sobre as políticas de educação; a falta de capacitação dos professores e gestores das escolas, a insuficiência de recursos e estratégias para os professores atuarem na Educação Inclusiva, além das barreiras atitudinais que alimentam o preconceito e a estigmatização, os principais entraves enfrentados pelos alunos com deficiência.

Partindo desta realidade, as autoras buscaram desenvolver um Produto Educacional que objetivou: dar voz às pessoas com deficiência, bem como proporcionar um ambiente para reflexão e sensibilização dos telespectadores sobre a importância de práticas atitudinais inclusivas, da empatia, da alteridade e da convivência entre todos e todas, na busca de uma formação mais humana, democrática e integral. Nesta perspectiva, o material produzido abordou a importância da Inclusão, partindo dos relatos das vivências e trajetórias escolares das próprias pessoas com deficiência e de especialistas na área, que pudesse ser difundido para o maior número de pessoas possível, dentro e fora do ambiente escolar.

O documentário intitulado “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência” enquadrou-se na categoria Mídia Educacional (CAPES, 2012), por se tratar de um material didático composto por três documentários de curta duração, abordando assuntos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência física, auditiva e visual. Cabe destacar que as mídias educacionais envolvem uma gama de possibilidades de produtos educacionais com objetivos comuns, dentre eles: possibilitar a autonomia do pensamento, a reflexão, a criatividade e o desenvolvimento da criticidade de quem assiste, além de facilitar o processo de ensino-aprendizagem por meio de novas tecnologias (LOCATELLI; ROSA, 2015).

Torna-se pertinente esclarecer que, apesar de os documentários terem sido aplicados aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de apenas uma escola da cidade de Vilhena/Rondônia, no segundo semestre do ano de 2019, sua produção foi pensada sob a óptica da facilidade de disseminação para a população em geral, e não somente para os sujeitos participantes, podendo ser acessados através das plataformas digitais EduCAPES e Youtube através dos links: <https://youtu.be/wWhorLAl0MU>, <https://youtu.be/NcZul39dOLw>, <https://youtu.be/lzqz8rz80Hw>.

Destaca-se ainda sua possibilidade de utilização, inclusive durante a Pandemia, período cujas práticas educacionais tiveram que ser repensadas e reestruturadas de forma que a informação e o conhecimento pudessem chegar aos alunos.

2. ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS: DA TEORIA À PRÁTICA

A discussão sobre a introdução de mídias educacionais no ensino formal vem sendo levantada e defendida por autores que acreditam no potencial reestruturador do currículo e redefinidor de práticas pedagógicas (MARTINHO; POMBO, 2009). Acreditando nesse potencial, iniciou-se a busca por materiais específicos que nortegassem e embasassem a criação de uma produção audiovisual em formato de documentário.

Machado (2015) acrescenta que os documentários se propõem a ilustrar uma determinada realidade, criando a possibilidade de que seus telespectadores possam interpretar experiências, expectativas e valores, proporcionando, assim, a construção de

um ponto de vista sobre determinado tema, levando em consideração a história de vida de quem o assiste. E foi a partir desta perspectiva que as autoras consideraram pertinente produzir um documentário, tendo em vista que seus objetivos foram ao encontro das ideias propostas por esta modalidade audiovisual.

Porém, antes de dar início ao processo de elaboração do Produto Educacional proposto, tornou-se imprescindível a compreensão de alguns conceitos, fazendo-se necessário responder aos seguintes questionamentos: O que é um documentário? Como fazer? Quais diretrizes devem ser seguidas ao produzi-lo? Para responder a essas questões e auxiliar na criação do produto, as pesquisadoras basearam-se nas obras de Nicholls (2005), Bauer e Gaskell (2003) e Lucena (2012).

Em resposta ao primeiro questionamento, Lucena (2012) afirma que o documentário é um filme que representa a perspectiva pessoal de seus idealizadores e aborda de forma criativa uma determinada realidade. Para Nicholls (2005), todo filme é um documentário que pode ser classificado como: documentário de satisfação de desejos, comumente chamado de ficção; e documentário de representação social, ou de não ficção, que será esclarecido a seguir, visto que corresponde à realidade deste trabalho.

Os documentários de representação social refletem de forma concreta aspectos partilhados pela sociedade em que se vive, sendo capaz de tornar audível e visível uma determinada realidade social de acordo com a seleção dos conteúdos e a organização realizada pelo autor. Logo, os documentários de não ficção “expressam nossa compreensão sobre o que a realidade foi, é e o que ela poderá vir a ser” (NICHOLLS, 2005, p. 26-27).

Para Lucena (2012) e Nicholls (2005), os documentários majoritariamente tratam de situações reais, de forma direta, fazendo com que os telespectadores se tornem instigados a tomar um determinado posicionamento sobre uma dada realidade, além de possibilitarem a visualização de questões importantes que necessitam de atenção social, como é o caso da inclusão de pessoas com deficiência.

Acrescenta-se, ainda, que os documentários podem significar ou representar os interesses de uma determinada população por meio da democracia representativa, na qual uma pequena parcela de indivíduos representa os interesses de um grupo social. Nesse aspecto, Nicholls (2005) afirma que por meio de um documentário pode-se conquistar consentimentos, aguçar pensamentos, ativar a consciência social e até mesmo influenciar opiniões de quem os assiste. A partir disto, acreditou-se que escolha do formato do Produto Educacional tenha sido pertinente, uma vez que se almejou tornar os telespectadores capazes de se colocarem diante da questão social da inclusão, observarem seus problemas e possíveis soluções, permitindo-se vê-la através de um novo olhar (NICHOLLS, 2005).

De fato, buscou-se por meio do Produto Educacional produzido dar voz a pessoas reais, com anseios, lutas, dificuldades e histórias de vida também reais. Sabe-se, porém, que autores de documentários normalmente agem como representantes das pessoas que foram filmadas e não como membros da comunidade. Assim, é comum existirem conflitos entre os interesses do autor e os desejos dos entrevistados (NICHOLLS, 2005). Por essa razão, optou-se por conversar previamente com as pessoas com deficiência

e com profissionais da área de educação inclusiva, a fim de conhecer suas opiniões e sugestões a respeito da criação de um possível documentário sobre inclusão, com o intuito de minimizar a possibilidade de conflitos.

Após o levantamento teórico sobre a caracterização de um documentário, tornou-se imprescindível a investigação sobre como produzi-lo e quais diretrizes seguir e novamente se recorreu a Nicholls (2005) e Lucena (2012). Para esses autores, os documentários não apresentam um conjunto fixo de técnicas, regras, formas ou estilos, assim, o autor tem total liberdade de criação. Porém, deve-se considerar algumas características marcantes, como: uso de entrevistas, gravação de som direto, cortes para introdução de imagens que possam ilustrar a situação que se pretende realçar, presença de atores sociais ou pessoas em suas atividades cotidianas como personagens principais.

De acordo com Machado (2015), quando o processo de produção de um documentário baseia-se em entrevistas, essas passam a ter o papel de porta-voz da vivência e da experiência do entrevistado e colocam em evidência a realidade de um ser social. E a partir dos dados obtidos, o autor tem a liberdade de abordar a temática que pretende.

Partindo dessas informações, iniciou-se o processo de criação, filmagem e produção audiovisual sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual, física e auditiva. Que a partir dos relatos de vida de pessoas com deficiência e de especialistas na área de educação inclusiva, coletados em filmagens de entrevistas semiestruturadas, deu origem a três documentários de curta duração cujo processo de criação será descrito mais adiante.

3. POR ELES E PARA ELES: OS PERSONAGENS PRINCIPAIS

Antes de iniciar o processo de criação dos documentários, ocorreram várias conversas informais com os principais envolvidos: pessoas com deficiência visual, auditiva e física. Avaliou-se pertinente que suas opiniões fossem consideradas, afinal o vídeo seria principalmente sobre elas e em favor delas. E foi com esse aval que se iniciou o processo de construção do Produto Educacional.

A partir disso, iniciou-se o processo de seleção dos possíveis participantes, que ocorreu de forma proposital, através de uma busca por alunos e ex-alunos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)/Campus Vilhena que já foram ou ainda são assistidos pelo Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), que posteriormente foram convidados a participar da pesquisa.

A proposta das autoras foi selecionar pessoas com deficiência física, auditiva e visual, em formação acadêmica ou que já tivessem concluído o ensino superior, que possuíssem condições de responder perguntas a respeito da vida escolar e cotidiana, relatando suas experiências dentro e fora dos espaços educacionais, bem como profissionais que tivessem experiência em Educação Inclusiva. A intenção em selecionar pessoas com este perfil, foi motivar os alunos da EJA, público escolhido para a aplicação do Produto Educacional, demonstrando que é possível dar continuidade aos estudos independentemente de suas condições físicas.

Também foram convidados de forma intencional, especialistas da área de Educação Inclusiva, de acordo com a função que exercem e o público a que atendem. Assim, ao final do processo de busca e seleção dos possíveis participantes, onze sujeitos aceitaram participar das filmagens das entrevistas, sendo seis participantes com deficiência e cinco profissionais especialistas em educação especial, que com seus relatos de experiências e vivências, deram vida à proposta das autoras, tornando-a possível.

Dentre os participantes que apresentavam alguma deficiência, concederam entrevista dois egressos da UNIR/Campus Vilhena, surdos; duas acadêmicas da UNIR/Campus Vilhena, com deficiência visual; e duas pessoas com deficiência física, sendo uma acadêmica da UNIR/Campus Vilhena e um microempresário, formado em administração de empresas.

O grupo formado por especialistas contou com a participação de uma professora de Libras, idealizadora do NAEE - UNIR/Campus Vilhena; de uma pedagoga, Tradutora/Intérprete da UNIR/Vilhena; de uma profissional da Educação Especial, pedagoga responsável pelo NAEE - UNIR/Campus Vilhena, com experiência em atendimento a alunos cegos; de uma especialista em Educação Especial, atualmente Coordenadora da Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia; e de uma pedagoga habilitada em Educação Especial e altas habilidades, com experiência em atendimento a alunos com deficiência física. A seleção dessas pessoas decorreu dos temas abordados (deficiência auditiva, deficiência física e deficiência visual), para os quais cada profissional contribuiu com orientações advindas de suas experiências profissionais.

Após esta breve descrição dos personagens, serão detalhados o processo de elaboração e as etapas que foram seguidas até chegar na produção final, composta por três documentários de curta duração que deram origem ao Produto Educacional: "SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência".

4. PASSO A PASSO: PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Em abril de 2019, surgiu a ideia de criar uma mídia educacional que contemplasse a importância de práticas atitudinais inclusivas nos ambientes de ensino. Partindo desta intenção inicial, as pesquisadoras recorreram ao NAEE/UNIR, com o intuito de compartilhar os objetivos da pesquisa com os alunos e professores do núcleo, ouvir suas opiniões a respeito da proposta e compreender de que forma o Produto Educacional poderia contribuir, efetivamente, no processo de inclusão dentro dos espaços formais de ensino. A partir destas discussões, decidiu-se elaborar um documentário com base em entrevistas semiestruturadas com alunos com deficiência física, auditiva e visual e profissionais da área de Educação Inclusiva.

Neste ínterim, foram elaboradas as perguntas das entrevistas que serviram de roteiro para nortear o material produzido. Foram definidos também os participantes/personagens, os possíveis locais que serviriam de cenário, as datas das entrevistas, o material utilizado e o tipo de filmagem que seria realizado.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, foi necessário obter as devidas autorizações do Comitê de Ética em Pesquisa e dos sujeitos diretamente envolvidos. Somente a partir da aprovação da pesquisa, por meio do Parecer Consubstanciado n.º

nº 3.393.132, foi iniciada a coleta de dados por meio das filmagens de entrevistas semiestruturadas.

Sendo assim, as filmagens foram realizadas em três dias: 19, 20 e 21 de julho de 2019, respeitando a disponibilidade de datas e horários dos participantes (entrevistados, cinegrafista e pesquisadoras), considerando também a disponibilidade de empréstimo dos equipamentos utilizados, que foram cedidos pela UNIR/Campus Vilhena.

As entrevistas foram filmadas nos ambientes de estudo ou trabalho dos próprios entrevistados e ocorreram nos seguintes locais da cidade de Vilhena: Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação de Rondônia – SEDUC/RO; salas de aula da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus Vilhena; sala de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Estadual de Educação Wilson Camargo; e hall de entrada da Agência do Banco do Brasil.

Para a realização das filmagens, foram utilizados os seguintes materiais, com a colaboração da TV UNIR: dois microfones de lapela; um microfone direcional com antirruído, para garantir a qualidade do som; duas câmeras profissionais da marca Canon, sendo uma utilizada para a filmagem das entrevistas na íntegra, fixa sobre um tripé, posicionado atrás da entrevistadora, e outra câmera móvel foi utilizada pelo cinegrafista para captar recortes de imagens em ângulos e focos diferentes, conforme ilustrado na figura 1. Com a utilização das duas câmeras, tornou-se possível mesclar as imagens durante a produção dos vídeos, com o objetivo de torná-los mais dinâmicos e atrativos aos telespectadores.

Figura 1 – Registro fotográfico da filmagem de uma entrevista.



Fonte: Produzido pelas autoras

Após a fase de filmagem, iniciou-se a análise minuciosa das onze entrevistas, fazendo-se necessária a seleção das falas que evidenciaram os anseios dos sujeitos com relação às mudanças de atitude de seus professores e colegas, com vistas à melhoria da convivência no ambiente escolar, além de trechos focados nas habilidades e potencialidades com as quais o sujeito se identifica. Cabe ressaltar que a riqueza de conteúdo de cada entrevista dificultou o processo de corte e seleção, mas era necessário, já que um único documentário ficaria muito extenso e cansativo. Portanto, decidiu-se criar três

vídeos de curta duração, contemplando separadamente cada tipo de deficiência: visual, física e auditiva.

A escolha das falas e das imagens foram feitas pelas autoras, com recortes das falas mais importantes e colagens conforme o desenrolar de cada assunto, de forma que as falas de cada personagem se entremeassem entre si, dando fluidez e dinamicidade aos vídeos.

Após o processo de seleção de conteúdo, foi realizada a edição e o tratamento de imagens e sons, que contou com a parceria de um acadêmico de jornalismo da UNIR. Cabe ressaltar que durante esta etapa foi necessário adquirir um headset profissional para monitorar o áudio dos microfones durante as entrevistas e auxiliar na edição dos vídeos e na tradução de Libras em estúdio de gravação. Um HD externo também foi comprado, para armazenar as entrevistas gravadas em alta resolução e as versões finais dos documentários produzidos. Os equipamentos foram custeados por recursos financeiros do Edital n.º 001/2019 PROPES/IFMT. A etapa de produção final foi realizada pela empresa Ézio Produções, sendo necessária também a participação de duas tradutoras-intérpretes. Ambos os serviços também foram custeados pela PROPES/IFMT.

Como resultado desse processo, foram produzidos três documentários de curta duração, que compuseram o Produto Educacional intitulado: "SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência". Assim, o primeiro vídeo tratou questões relacionadas às pessoas com cegueira e baixa visão; o segundo vídeo abordou questões relativas às pessoas surdas e com deficiência auditiva; e o último trouxe esclarecimentos sobre as pessoas com deficiência física.

5. APLICAÇÃO E RESULTADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

A aplicação do Produto Educacional ocorreu no dia 21 de novembro de 2019, no Instituto Estadual de Educação Wilson Camargo, e teve duração de 4 horas-aula, conforme autorizado pela direção da escola.

Os participantes, alunos do 3º ano do Ensino Médio/EJA, foram encaminhados ao auditório da escola, onde receberam esclarecimentos e informações sobre a pesquisa, seus objetivos e atividades que seriam desenvolvidas. Naquele momento, todos os alunos que se dispuseram a participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O processo de aplicação e avaliação do Produto Educacional obedeceu ao seguinte roteiro: avaliação inicial; oficina de sensibilização; visualização dos documentários e avaliação final, que serão descritos detalhadamente a seguir.

Na avaliação inicial, os participantes responderam a uma ficha contendo perguntas sobre convivência com as pessoas com deficiência que deveriam ser respondidas conforme seus conhecimentos prévios, convívio sociofamiliar e experiências com PcD ao longo de suas vidas. A escolha por esta metodologia foi baseada nos pensamentos de Saviani (2004) que reconhece a importância do conhecimento empírico, das experiências e vivências e do senso comum como parte do processo de produção do conhecimento, que quando adquirido e interiorizado torna-se capaz de transformar a realidade

social dos alunos.

Após o preenchimento da avaliação inicial, os alunos foram convidados a participar de atividades nas quais puderam experimentar algumas sensações e dificuldades decorrentes da privação da audição, da visão, da motricidade fina das mãos e da marcha. Para isso, foram utilizados materiais como: tampões de ouvido, vendas de pano, ataduras e cadeiras de rodas. A escolha dessa estratégia visou proporcionar uma fase de experimentação e inquietação para que, durante a exposição de cada vídeo, os alunos pudessem compreender e assimilar as mensagens com empatia, associando-os a sua própria experiência.

Dando sequência ao processo de aplicação do Produto Educacional, os alunos foram convidados a assistir os documentários e, em seguida, preencher novamente as mesmas fichas de avaliação, para que as pesquisadoras verificassem, por meio de um processo comparativo, se houve ou não uma sensibilização desses alunos, em relação às práticas de convivência com as pessoas com deficiência.

5.1 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Dos setenta alunos matriculados nas turmas do 3º ano do Ensino Médio do Instituto Estadual de Educação Wilson Camargo, 34 aceitaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE. Desses, 19 alunos responderam ao questionário inicial e apenas 13 responderam à avaliação final.

Independentemente de qualquer questionamento por parte das pesquisadoras, alguns alunos justificaram o não preenchimento das respostas por apresentarem dificuldade na escrita e na interpretação de textos, preguiça de escrever, vergonha ou medo de responder de forma equivocada. Porém, os 15 alunos que não responderam ao questionário demonstraram interesse em participar das outras atividades propostas. Assim, com o consentimento das pesquisadoras, todos os presentes participaram da atividade de privação da audição e visualizaram o documentário “SensibilizAÇÃO: a pessoas para além da deficiência auditiva”. Acredita-se que mais importante que os resultados da aplicação do Produto Educacional seria a vivência da experiência, o envolvimento dos alunos com o tema e a disseminação do conhecimento proposto para um maior número possível de pessoas.

Nesse processo, cada aluno teve a oportunidade de sentir e pensar sobre as dificuldades e sensações vivenciadas pela pessoa com deficiência auditiva, bem como assistir ao que as próprias pessoas surdas e especialistas na área têm a dizer sobre o tema.

Dando continuidade aos procedimentos de aplicação, os 34 alunos participaram da segunda atividade, na qual puderam experimentar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual, aprender sobre a maneira correta de guiar uma pessoa cega e assistir ao documentário “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência visual”. Nessa etapa, muitos participantes relataram sentir medo, angústia e nervosismo por estarem vendados, outros tiveram dificuldade em confiar em seus guias, e a maioria percebeu e comentou sobre as dificuldades com as barreiras arquitetônicas nos diferentes espaços da escola, como, por exemplo, falta de piso tátil, ausência de des-

critores em braile, áreas de ressaltos e descontinuidade do piso, sem nenhum aviso ou sinalização, e que podem resultar em acidentes. Além disso, diversos participantes se mostraram surpresos com as habilidades, capacidades e possibilidades que as pessoas cegas podem desenvolver, utilizando algumas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como Windows 10 e DosVox.

A etapa seguinte contou com a participação de 26 alunos que vivenciaram a experimentação da redução da motricidade fina dos membros superiores, o manejo da cadeira de rodas e as dificuldades que pequenos obstáculos, como irregularidades no piso, rampas inadequadas e outras barreiras físicas, podem gerar no espaço escolar e nos ambientes urbanos. Na sequência, houve a exibição do vídeo “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência física”, onde os alunos puderam assistir aos relatos de experiências de pessoas com deficiência física e aprender dicas e informações para facilitar a convivência.

Nessa fase, muitos alunos se mostraram admirados com a facilidade com que um cadeirante se desloca pelas ruas da cidade e com o fato de ser o provedor de sua família por meio de seu próprio trabalho; outros se sensibilizaram com o fato de uma pessoa com amputação de um dos membros superiores não relatar dificuldade em seus afazeres acadêmicos e domésticos.

Por fim, os alunos foram orientados a responder o mesmo questionário preenchido inicialmente, tendo como base os conhecimentos e experiências adquiridos a partir dos vídeos. Nessa etapa, seis alunos que moram em uma cidade vizinha tiveram que sair da sala, devido ao horário do transporte intermunicipal; outros preferiram comentar suas respostas e discutir sobre o assunto em vez de escrever, e apenas 13 dos 26 alunos presentes responderam ao questionário pela segunda vez.

5.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS PÓS APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O método utilizado para abordagem qualitativa das respostas das fichas de avaliação foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2016), utilizando a técnica da nuvem de palavras (SURVEYGIZMO, 2012), por meio da qual é possível identificar as palavras que ocorrem com maior frequência nos respectivos contextos das respostas originais. Visto que a intenção da aplicação do produto foi propiciar o desenvolvimento do conhecimento pautado na conscientização e sensibilização sobre práticas atitudinais inclusivas, as respostas não foram avaliadas como certas ou erradas, mas como contextos que demonstram sensibilização e assimilação do conhecimento.

Na Figura 2, estão ilustradas as nuvens de palavras construídas a partir das respostas às questões 1 e 2, relativas ao documentário “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência auditiva”, cujas perguntas foram respectivamente: “Ao tentar explicar algo para um surdo, como você deve proceder?” Para se comunicar com o surdo basta usar legenda? Por quê?”.

Figura 2 – Nuvem de palavras das respostas às perguntas 1 e 2 da ficha de avaliação utilizada no processo de aplicação do Produto Educacional

Fonte: Produzido pelas autoras

A partir das respostas obtidas à primeira questão, verificou-se que 23% dos sujeitos não conseguiram se expressar dentro do contexto proposto. Entretanto, 77% deram a resposta almejada, indicando algumas formas de proceder ao tentar explicar algo para um surdo. Seguem as respostas:

Assim, constatou-se que os alunos respondentes conseguiram, de alguma forma, absorver o conteúdo abordado no Produto Educacional, tendo em vista que dentre as várias dicas dadas no documentário destacam-se o uso da Libras, falar calma e pausadamente, manter o contato visual e utilizar gestos ou outros mecanismos visuais que

possam facilitar a comunicação com as pessoas surdas.

Continuando a análise das respostas, quanto à questão 2, foi possível obter a nuvem de palavras exposta à direita da Figura 2, onde destacaram-se as palavras “não” e “Libras”. Porém, outras palavras demonstraram certa margem de frequência, dentre elas: “precisa” e “tradutor”. Compreendeu-se que 38% dos sujeitos não conseguiram se expressar dentro do contexto da questão 2, enquanto 62% deram a resposta almejada em relação ao uso somente de legendas durante a comunicação com as pessoas surdas. Seguem as respostas:

- “Não. Porque nem todos sabem ler.” (S2);
- “Não, porque há também a Libras.” (S5);
- “Não. Precisa de um tradutor ou você sabe Libras.” (S6);
- “Não. Além da legenda precisa de Libras e ou tradutor.” (S7);
- “Usar o sinal de Libras.” (S8);
- “Ele pode não saber ler.” (S9);
- “Não, pois tem surdo que não entende a linguagem portuguesa, tem que ser linguagem de Libras.” (S11);
- “Nem todo surdo sabe a língua portuguesa.” (S12).

Após a análise, fica evidente que a maioria dos alunos conseguiu compreender outro conteúdo exposto no Produto Educacional, que diz respeito à Libras como sendo a primeira língua da pessoa surda e que nem todo surdo é capaz de utilizar a língua portuguesa. Nesses casos, a escrita seria ineficaz no processo comunicacional.

Em relação ao segundo documentário, intitulado “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência visual”, os alunos responderam às questões 3 e 4: “Pessoas cegas são capazes de ler e escrever? Como?” e “Para que serve o piso tátil?” que deram origem às nuvens de palavras expostas na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Nuvem de palavras das respostas às perguntas 3 e 4 da ficha de avaliação utilizada no processo de aplicação do Produto Educacional.



Fonte: Produzido pelas autoras

Na primeira nuvem de palavras da Figura 3, as palavras citadas com maior frequência foram “sim”, “através” e “braille”. Entretanto, observou-se também o uso de outras palavras que, apesar de menos frequentes, representaram as respostas dos alunos, sendo elas: “computador”, “toque” e “recursos”. Verificou-se que 15% dos sujeitos não

conseguiram se expressar dentro do contexto da questão 3 e 85% deram a resposta almejada, afirmando que o cego é sim capaz de ler e escrever, utilizando recursos específicos. Portanto, quando questionados se as pessoas cegas são capazes de ler e escrever e como isso é possível, os sujeitos responderam:

- "Sim. Ele é capaz de ler com o tato." (S1);
- "Sim. Através do braile." (S2);
- "Braile." (S3);
- "Com o toque [...]" (S4);
- "Através do braile." (S5);
- "Computador, braile." (S6);
- "Sim. Através do toque." (S7);
- "Sim. Através do braile, do toque e recursos no computador e celular." (S9);
- "Sim. São usados alguns recursos como o uso do computador, braile, entre outros." (S10);
- "Sim." (S11);
- "Sim, pela forma do braile." (S13).

Ao analisar as respostas, foi constatado que os alunos conseguiram compreender o que foi exposto no documentário relacionado às pessoas com deficiência visual, em relação aos recursos e métodos de leitura e escrita utilizados pelas pessoas cegas ou com baixa visão.

A segunda questão relacionada às pessoas com deficiência visual tratou da funcionalidade do piso tátil, conforme exposto na questão 4 da avaliação. Em relação às respostas dadas foi construída a nuvem de palavras exposta à direita da Figura 3, na qual verificou-se que as palavras mais frequentes foram: "para" e "cego". Além disso, notou-se o uso de outras palavras com menor frequência, mas com destaque, como: "guiar" e "pessoas". Nesse sentido, infere-se que 23% dos sujeitos não conseguiram se expressar dentro do contexto da questão 4 e 77% dos sujeitos deram a resposta almejada, demonstrando saber para que serve o piso tátil. Seguem as respostas:

- "Para identificação do chão." (S1);
- "Serve para as pessoas com deficiência visual conseguirem ir ao banco, por exemplo, e conseguirem chegar até o caixa." (S2);
- "Guiar os cegos." (S3);
- "[...] é para ajudar a facilitar as dificuldades de locomoção." (S4);
- "Guiar os cegos [...]" (S5);
- "Para um cego saber onde ele está." (S6);
- "Para [...] um cego saber se mover." (S7);
- "É um caminho nas calçadas onde serve de referência tanto pro cadeirante, e pro cego [...]" (S9);
- "Para a pessoa ter noção onde está pisando." (S11);
- "[...] desvios de degraus etc." (S13).

Ao avaliar o feedback dos alunos, pôde-se notar que, apesar da dificuldade de elaborar uma resposta mais completa, a maioria dos sujeitos conseguiu compreender a finalidade básica do piso tátil, que foi mencionado no documentário tanto por uma estudante cega, quanto pela especialista em deficiência visual.

Dando prosseguimento à análise dos dados, foram obtidas nuvens de palavras,

conforme mostra a Figura 4, a partir das respostas das perguntas 5 e 6, referentes ao último documentário assistido, denominado “SensibilizAÇÃO: a pessoa para além da deficiência física”. Sendo a pergunta 5: “Quando conversar com um cadeirante, quais precauções você deve tomar?” e a pergunta 6: “Como você acredita que deve agir, ao conviver com uma pessoa com deficiência?”.

Figura 4 – Nuvem de palavras das respostas às perguntas 5 e 6 da ficha de avaliação utilizada no processo de aplicação do Produto Educacional



Fonte: Produzido pelas autoras

À esquerda da Figura 4, as palavras “cadeirante”, “ajuda”, “ele” e “precisa” foram as que apareceram com maior frequência. Ademais, observou-se o destaque dos termos “altura” e “conversar”. Assim, pode-se afirmar que 100% dos sujeitos deram a resposta almejada quando afirmaram que há algumas precauções a serem tomadas quando se conversa com um cadeirante, tais como:

- “Não ajuda sem a autorização do cadeirante.” (S1);
- “Sempre perguntar se ele precisa de ajuda, sempre ficar na mesma altura do cadeirante.” (S2);
- “Ver se ele precisa de ajuda [...]” (S3);
- “[...] entender como que ele precisa de ajuda.” (S4);
- “Ficar a uma altura boa para conversar, evitar tocar na cadeira.” (S5);
- “Perguntar se ele precisa de ajuda. Toda vez que conversar com eles, tem que se abaixar e ficar na altura dele. Evitar encostar na cadeira.” (S6);
- “Perguntar se ele precisa de ajuda e sentar para ficar do tamanho do cadeirante.” (S7);
- “Ficar atento, porque ele pode precisar de ajuda a qualquer momento.” (S8);
- “Se preocupar se ele quer ajuda, dependendo da deficiência, ele pode conseguir algumas coisas sozinho.” (S9);
- “É preciso se ajustar o cinto do cadeirante, ter respeito e não ter preconceito.” (S10);
- “Devemos sempre conversar na altura deles, ou seja, abaixar para conversar na mesma direção.” (S11);
- “[...] esperar eles pedirem ajuda e oferecer ajuda.” (S12);
- “Fica agachado com o cadeirante, para que o cadeirante não fique com o rosto levantado.” (S13).

Com relação às respostas obtidas, constatou-se que os alunos assimilaram as principais orientações atitudinais mencionadas no Produto Educacional relacionadas ao cadeirante, tais como: posicionar-se na mesma altura quando conversar com um cadeirante, para evitar desconforto e constrangimento; não empurrar ou tocar na cadeira sem o consentimento de seu proprietário; perguntar se a pessoa necessita de ajuda, antes de ajudá-la indevidamente, respeitando sua independência; ter cuidado com os cintos das cadeiras, a fim de evitar acidentes, caso o cadeirante não apresente controle de tronco.

Ao avaliar a nuvem de palavras à direita da Figura 4, percebe-se o destaque das palavras: “não”, “perguntar” e “deficiência”. Além disso, observaram-se outras palavras menos frequentes em destaque: “ajuda”, “tratado” e “respeito”. Conclui-se, assim, que 8% dos sujeitos não conseguiram se expressar dentro do contexto da questão 6 e 92% deram a resposta almejada afirmando que, ao conviver com uma pessoa com deficiência, deve-se agir conforme as respostas:

- “Com respeito e mais atenção!” (S1);
- “Perguntar ou oferecer uma ajuda.” (S3);
- “Por experiência própria deve ter todos os cuidados.” (S4);
- “Perguntar ou oferecer uma ajuda, não ter preconceito.” (S5);
- “Eles não gostam de ser tratados com deficiência, gostam de ser tratados como todos.” (S6);
- “Normal, não excluir ela e sim tentar ajudar se ela pedir. É ter respeito com eles. Trabalhar a convivência.” (S7);
- “Agir com cautela e entender a deficiência dele.” (S8);
- “Com respeito.” (S9);
- “Perguntar se precisa de ajuda, antes de agir, não ter preconceito.” (S10);
- “Sempre falando e ajudando com o consentimento dele.” (S11);
- “Eles gostam de ser tratados como as outras pessoas.” (S12);
- “As pessoas com deficiência não são 100% dependentes das outras, são poucas coisas que eles precisam de uma força.” (S13).

Analisando atentamente as respostas, pôde-se perceber que a maioria dos alunos mencionou questões atitudinais relacionadas ao respeito, à atenção, ao afeto, à importância de se abolir o preconceito e à exclusão das pessoas com deficiência. Enfim, as nuvens de palavras analisadas evidenciaram a dificuldade na escrita dos sujeitos da EJA em interpretar e responder algumas questões sobre o tema aplicado no Produto Educacional. Em contrapartida, o feedback durante a aplicação do produto por meio de discussões e conversas informais, que ocorreram após a aplicação, os apontamentos e os comentários orais foram bastante enriquecedores e pertinentes em relação ao tema abordado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação e elaboração dos documentários, que perpassou por diferentes etapas, foi bastante difícil e trabalhoso, tendo em vista a inexperiência das autoras com a produção de recursos audiovisuais. Em contrapartida, a aprendizagem e as trocas que ocorreram ao longo do percurso foram extremamente enriquecedoras e positivas.

O Produto Educacional desenvolvido se materializou na forma de três documentários de curta duração, contendo relatos de experiências, orientações e dicas de práticas atitudinais inclusivas durante a convivência com pessoas com deficiência visual, física e auditiva e cumpriu seus objetivos, promovendo a sensibilização e a conscientização dos alunos da EJA a respeito da importância de práticas atitudinais inclusivas e da alteridade ao se relacionar com as PcD.

Apesar de os documentários terem sido aplicados em uma turma da EJA, no ano de 2019, quando as aulas eram, em sua maioria, presenciais, é importante destacar que o material produzido poderia ser utilizado inclusive durante a Pandemia, tendo em vista que se encontram disponíveis em plataformas de fácil acesso. Além disso, houve uma certa preocupação, por parte das pesquisadoras, com o uso de uma linguagem simples e com a disponibilização de janela de Libras, o que facilita a compreensão por pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais, podendo inclusive ser utilizado em cursos de formação de professores.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: 2 ed: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Comunicado n.º 001/2012 – Área de Ensino. Orientação para novos APCNS – 2012, 2012. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Criterios_APCNs_Ensino.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

DAMBROS, A. R. T.; MORI, N. R. Inclusão escolar na região norte do Brasil: um mapeamento do atendimento educacional especializado nos estados do Amazonas, Rondônia e Pará. *Interfaces Científicas – educação*. Aracaju, v. 3, n. 3, p. 35-45, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1355>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LOCATELLI, A.; ROSA, C. T. W. da. Produtos educacionais: características da atuação docente retratada na I Mostra Gaúcha. *Revista Polyphonia*, v. 26, n. 1, p. 197-210, 9 out. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37990/19098>. Acesso em: 05 maio 2019.

LUCENA, S. *Educação e TV Digital: situação e perspectivas*. Maceió: EDUFAL, 2012.

MACHADO, P. B. A representação de inclusão social e digital por meio da música em documentários brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. 159p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285332/1/Machado_PameladeBortoli_M.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

O Produto Educacional desenvolvido se materializou na forma de três documentários de curta duração, contendo relatos de experiências, orientações e dicas de práticas atitudinais inclusivas durante a convivência com pessoas com deficiência visual, física e auditiva e cumpriu seus objetivos, promovendo a sensibilização e a conscientização dos alunos da EJA a respeito da importância de práticas atitudinais inclusivas e da alteridade ao se relacionar com as PcD.

Apesar de os documentários terem sido aplicados em uma turma da EJA, no ano de 2019, quando as aulas eram, em sua maioria, presenciais, é importante destacar que o material produzido poderia ser utilizado inclusive durante a Pandemia, tendo em vista que se encontram disponíveis em plataformas de fácil acesso. Além disso, houve uma certa preocupação, por parte das pesquisadoras, com o uso de uma linguagem simples e com a disponibilização de janela de Libras, o que facilita a compreensão por pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais, podendo inclusive ser utilizado em cursos de formação de professores.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: 2 ed: Vozes, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Comunicado n.º 001/2012 – Área de Ensino**. Orientação para novos APCNS – 2012, 2012. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Criterios_APCNs_Ensino.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

DAMBROS, A. R. T.; MORI, N. R. Inclusão escolar na região norte do Brasil: um mapeamento do atendimento educacional especializado nos estados do Amazonas, Rondônia e Pará. **Interfaces Científicas – educação**. Aracaju, v. 3, n. 3, p. 35-45, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1355>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LOCATELLI, A.; ROSA, C. T. W. da. Produtos educacionais: características da atuação docente retratada na I Mostra Gaúcha. **Revista Polyphonia**, v. 26, n. 1, p. 197-210, 9 out. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37990/19098>. Acesso em: 05 maio 2019.

LUCENA, S. **Educação e TV Digital: situação e perspectivas**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MACHADO, P. B. **A representação de inclusão social e digital por meio da música**

em documentários brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. 159p. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285332/1/Machado_PameladeBortoli_M.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

MARTINHO, T.; POMBO, L. Potencialidades das TIC no ensino das Ciências Naturais – um estudo de caso. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 8, n. 2, p. 527-538, 2009. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen8/ART8_Vol8_N2.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.

RIBEIRO, E. N.; SIMÕES, J. L.; PAIVA, F. S. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. **Olh@res**, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 210-226, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/669/252>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma Revisão Integrativa. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n2/1413-6538-rbee-23-02-0293.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SURVEYGIZMO. Using Word Clouds to Present Your Qualitative Data. **Sandy McKee**. Disponível em: <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acesso em: 19 jul. 2020.

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO HORTO DO IFRJ, CAMPUS NILÓPOLIS

Um relato de produção audiovisual coletiva

Barbara Aparecida Nunes Silva¹⁸

Marcelo Borges Rocha¹⁹

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é proveniente do Produto Educacional Horto do IFRJ – Campus Nilópolis: questões socioambientais e diálogos possíveis, advindo da pesquisa de mestrado intitulada: “Produção de documentário socioambiental: contribuições na formação discente do Curso Técnico em Controle Ambiental”, desenvolvida no curso de pós-graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFRJ, Campus Mesquita, de autoria de Barbara Aparecida Nunes Silva, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Borges Rocha. A pesquisa supracitada foi submetida e avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, com aprovação sob o nº de Parecer: 3.386.362. O Produto Educacional consistiu na produção de um vídeo documentário socioambiental, a partir da construção coletiva junto aos estudantes do Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado, no IFRJ, Campus Nilópolis. O filme pode ser acessado nas plataformas YouTube e EduCAPES.

A autora pertence ao quadro de servidores profissionais da educação no IFRJ, Campus Nilópolis, onde atua como Técnica em Assuntos Educacionais, desenvolvendo a função de pedagoga no setor de Coordenação Técnico Pedagógica. A motivação para o desenvolvimento do Produto Educacional é atribuída à experiência profissional e ambiente laboral, onde, dentre as atividades relacionadas ao setor de trabalho, temos o acompanhamento pedagógico e educacional dos estudantes dos cursos técnicos integrados. Embora tenham outros cursos na unidade do IFRJ, campus Nilópolis, a autora vem acompanhando desde 2018 as atividades intrínsecas ao Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado.

¹⁸Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) – CEFET/RJ. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFRJ. Técnica em Assuntos Educacionais – IFRJ. Integrante do LABDEC – CEFET/RJ. E-mail: barbara.silva@ifrj.edu.br

¹⁹Doutor em Ciências Biológicas (Zoologia) – UFRJ. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do CEFET/RJ e em Programas de Pós-graduação na UFRJ. Chefe da divisão de editoração da Revista Tecnologia e Cultura. Coordenador do LABDEC – CEFET/RJ. E-mail: rochamarcelo36@yahoo.com.br

²⁰Disponível em: <https://youtu.be/p8rzAQzL1G0>

²¹Disponível na plataforma EduCAPES: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569507>

Dessa forma, certas reuniões iniciais de reformulação curricular possibilitaram o conhecimento de demandas pedagógicas essenciais aos professores e estudantes. Um documento preliminar construído a partir das discussões sobre o perfil do egresso considerou algumas habilidades previstas para os estudantes ao longo do curso, como a capacidade de lidar com as questões ambientais e sociais com diferentes visões acerca de um fenômeno, para lançar mão de estratégias de atuação que integrem os conhecimentos de diferentes ciências. Outra habilidade prevista se refere à participação em atividades de pesquisa, e capacidade de produção do conhecimento e intervenções possíveis para benfeitorias sociais. A previsão dessas habilidades englobam a inserção no mundo do trabalho comprometida com o desenvolvimento sustentável.

A Educação Profissional Integrada compreende uma formação integrada pautada no ensino teórico-prático, orientada por um currículo integrado, sendo o sujeito formado em sua totalidade para que reflita e analise os mecanismos sociais, políticos, ambientais, culturais e socioeconômicos envolvidos em seu trabalho e na vida social. O estudante se desenvolve, se humaniza, cria, recria e age sobre a realidade existente com saberes práticos, teóricos e políticos (CIAVATTA; RAMOS, 2011). Para a efetivação dessa integração no ensino, tem-se como possibilidade a interconexão de saberes (Quadro 1). Refletimos sobre as possíveis conexões em uma temática socioambiental junto aos alunos do curso Técnico em Controle Ambiental e acostamos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Interconexão de saberes

TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL			
Aspectos ambientais	Aspectos socioculturais	Aspectos técnico-organizacionais	Relações com a saúde e meio-ambiente
Problemática socioambiental observada no IFRJ, Campus Nilópolis.	Situações socioculturais no âmbito da problemática.	Possibilidades de atuação do Técnico em Controle Ambiental nos aspectos abrangidos.	Consequências do problema observado na saúde e meio-ambiente.

Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 244)

Logo, o quadro acima nos apresenta a integração de saberes em diferentes áreas do conhecimento, onde abrange as demandas pedagógicas do Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado, do IFRJ, Campus Nilópolis e a proposta de formação integrada. Como viabilidade de atividade integradora, pensamos na produção coletiva de um videodocumentário socioambiental, tendo em vista a possibilidade de agregação desses saberes e aproximação à realidade midiática vivenciada pelos estudantes com a rápida ascensão de produção de vídeos nas redes sociais.

A fim de compreendermos as contribuições da produção coletiva de um vídeo documentário socioambiental na formação de estudantes, investigamos a visão inicial dos sujeitos da pesquisa em relação às problemáticas ambientais no âmbito do IFRJ, Campus Nilópolis e desenvolvemos oficinas pedagógicas, a partir de um plano de ação, para o desenvolvimento de argumentações, estratégias e criação do roteiro de produção do videodocumentário.

Assim, este relato de experiência pretende socializar os procedimentos adotados para a produção coletiva do videodocumentário e provocar o interesse na replicabilidade do caminho percorrido.

2. DESENVOLVIMENTO

Os procedimentos para a produção do vídeo documentário pautam-se na metodologia de pesquisa participante, com participação ativa dos sujeitos envolvidos. Seguiremos a linha teórica de Le Boterf (1984). Para este autor:

Considerando as limitações da pesquisa tradicional, a pesquisa participante vai, ao contrário, procurar auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Deste modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida, que os discute com especialistas apropriados, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores (Le Boterf, 1984, p.52).

Sendo assim, buscamos a interação contínua com os estudantes durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e de produção do videodocumentário. Le Boterf (1984) se apoia em quatro etapas principais do desenvolvimento da metodologia de pesquisa participante: montagem institucional e metodológica; estudo preliminar e provisório; análise dos problemas; programação e execução do roteiro. Adotamos essas etapas metodológicas, com as adaptações necessárias, para compor o processo de produção do videodocumentário. O quadro a seguir apresenta a estrutura metodológica da pesquisa, de onde emerge a estrutura do documentário:

Quadro 2 – Estrutura metodológica da pesquisa

ETAPAS DA PESQUISA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ETAPAS DA PESQUISA
Montagem institucional e metodológica da Pesquisa Participante:	- Definição do quadro teórico: estrutura da pesquisa; elaboração de um Projeto de Curso de Extensão²², intitulado, “Oficinas de produção de vídeo documentário socioambiental”, em formato de oficinas - as oficinas foram realizadas em sete sábados, com duração de 3 horas. - Delimitação da região a ser estudada: IFRJ, Campus Nilópolis; - Divulgação do Curso de Extensão e inscrição online no site da COEX/IFRJ, Campus Nilópolis; - Levantamento de conhecimentos prévios relacionados às questões ambientais, com auxílio de instrumento de coleta de dados - mapa mental pré-elaborado e tour institucional para fotografias e gravação de vídeos; - Seleção e formação do grupo de pesquisa: alunos inscritos no Curso de Extensão - totalizaram nove participantes; - Organização do processo de pesquisa participante: apresentação do Curso de Extensão e sua relação com a pesquisa em tela.

Estudo preliminar e provisório	Descoberta do universo vivido pelos pesquisados - percepção prévia dos sujeitos da pesquisa; discussões acerca das possíveis temáticas para o documentário: "Quais as percepções destes sobre tais situações? Quais as ações possíveis?"
Análise dos problemas	- Formulação e análise do problema - cenário, fatos, hipóteses e deficiências; - Estudo autodirigido - novas informações em relação ao objeto de estudo e definição de estratégias; - Exposição oral do estudo realizado.
Programação e execução do Roteiro	- Elementos necessários para a elaboração do Roteiro, com discussão coletiva; - Elementos básicos de fotografia e gravação de vídeos com celular; - Definição dos dias para a recepção de imagem e gravação de vídeos dos depoentes, fotografias e gravação de vídeos no Horto (registro do ambiente). - Apreensão acerca das questões socioambientais no Horto e as possíveis ações do Técnico em Controle Ambiental; - Edição do vídeo - TV CEFET/RJ.
Divulgação e orientação para replicabilidade do Produto Educacional	- Construção de um mural virtual com a utilização da ferramenta tecnológica PADLET, para a exposição do vídeo documentário, do projeto de curso de extensão, dos materiais utilizados nas oficinas, e do roteiro final construído coletivamente; O PADLET é uma ferramenta tecnológica, disponibilizada de forma online, que possibilita a criação de murais virtuais interativos, onde podem ser inseridos e compartilhados diferentes conteúdos multimídia. - Site para acesso²³: https://pt-br.padlet.com/barbara16ifrrj/8lj-958jyag76 - Divulgação do vídeo documentário nas plataformas YouTube e EduCAPES.

Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 249-250)

A partir da estrutura metodológica da pesquisa, elaboramos as fases de produção do documentário. Inicialmente, na etapa da montagem institucional e metodológica da Pesquisa Participante, planejamos o curso de extensão Oficinas de produção de vídeo documentário socioambiental, em parceria com o IFRJ, Campus Nilópolis, para o desenvolvimento do processo de produção do videodocumentário. Nessa fase, partimos dos conhecimentos prévios dos nove estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental, que participaram do curso de extensão. Para esse levantamento, empregamos ferramentas pedagógicas auxiliares, como, mapa mental pré-elaborado, e tour institucional para fotografias e gravação de vídeos.

²²Disponível na plataforma EduCAPES: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569544>

²³O material virtual também se encontra hospedado na plataforma EduCAPES e pode ser acessado por meio do link a seguir: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569547>

Na etapa de estudo preliminar e provisório, partimos de discussões sobre as percepções dos estudantes acerca das observações realizadas na fase anterior e as possíveis temáticas para o documentário. Nesta fase decidimos como temática Horto do IFRJ – Campus Nilópolis: questões socioambientais e diálogos possíveis.

Já a etapa de análise dos problemas envolveu o aprofundamento teórico e prático das questões socioambientais observadas no Horto do IFRJ, campus Nilópolis. Nessa etapa, os estudantes, em trios, formularam e analisaram os problemas observados, e realizaram estudos autodirigidos, com exposição oral.

Na etapa de programação e execução do roteiro, organizamos coletivamente o roteiro. Ainda nessa etapa, a autora apresentou aos estudantes os elementos básicos de gravação de vídeos. Contamos, também, com a recepção de imagens do Horto e a gravação de vídeos dos depoentes. Além disso, os estudantes receberam um formulário, onde constavam algumas atribuições previstas para o Técnico em Controle Ambiental e solicitamos a relação dessas atribuições com os problemas socioambientais observados no Horto, bem como, as possíveis soluções. Como forma de avaliação das oficinas e instrumento de análise em relação aos conhecimentos prévios da primeira etapa, aplicamos uma avaliação individual para verificarmos os conhecimentos adquiridos no decorrer do processo de produção do videodocumentário. A edição do videodocumentário adveio em parceria com a TV CEFET/RJ.

Para a etapa de divulgação e orientação para replicabilidade do Produto Educacional, elaboramos um mural virtual, por meio da ferramenta PADLET, onde podem ser acessados os materiais utilizados no curso de extensão Oficinas de produção de vídeo documentário socioambiental. O filme pode ser acessado nas plataformas YouTube EduCAPES.

A produção do vídeo documentário seguiu as fases de pré-produção, produção e pós-produção, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 – Projeto de Trabalho: estrutura do documentário

PRÉ-PRODUÇÃO	PRODUÇÃO	PÓS-PRODUÇÃO
Descrição do conteúdo e concepção do documentário: definição do tema; levantamento de hipóteses	Execução do Roteiro: gravação de vídeos no ambiente; fotografia; gravação dos depoimentos.	Edição TV CEFET/RJ

(conhecimentos prévios); materiais de pesquisa, estrutura discursiva – início: apresentação do assunto, meio: desenvolvimento do assunto, fim: resolução do assunto; personagens – depoentes e narrações que sustentam a estrutura do documentário; atividade de pesquisa – formulação e reformulação da temática a ser desenvolvida, novos conhecimentos e diferentes conexões; avaliação formativa.		
Plano de realização com cronograma de atividades/ produção: curso de extensão – oficinas distribuídas semanalmente – duração de sete semanas.		
Orçamento estimado: parceria com a Coordenação de Extensão do IFRJ e com a TV CEFET/RJ.		

Fonte: Os autores.

As fases descritas acima ocorreram dentro da realização do curso de extensão Oficinas de produção de vídeo documentário socioambiental. Na fase de pré-produção organizamos o curso de extensão em sete encontros semanais e planejamos os materiais necessários para a sua realização. A fase de pré-produção abarcou as etapas previstas na estrutura metodológica da pesquisa (Quadro 2), excluindo-se a execução do roteiro e a divulgação e orientação para a replicabilidade do Produto Educacional. É relevante proferir a importância da construção do roteiro. Este se apoiou em uma estrutura discursiva, com depoentes e narrações dos estudantes sustentando a estrutura do documentário, onde no início temos a apresentação do assunto, em seguida, o desenvolvimento, e, por fim, a resolução. Nessa fase, em virtude da falta de orçamento, buscamos parcerias para a implementação do curso de extensão (Coordenação de Extensão do IFRJ, Campus Nilópolis) e edição do vídeo documentário (TV CEFET/RJ).

Na fase de produção, os estudantes gravaram vídeos do Horto, depoimentos, e narraram situações advindas das pesquisas no curso de extensão, assim como, fotografaram o ambiente. Para a concretização dessa fase, os estudantes utilizaram os seus celulares. A fase de pós-produção contou com o apoio da TV CEFET/RJ.

2.1 OFICINAS PEDAGÓGICAS: processo de produção do vídeo documentário.

O quadro a seguir apresenta a distribuição das oficinas, as ferramentas pedagógicas empregadas e as atividades desenvolvidas:

Quadro 4 – Atividades desenvolvidas nas oficinas

OFICINA	FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
1ª	Mapa conceitual pré-elaborado - itens para conceituação: argumento, tema, apresentação do assunto, desenvolvimento e resolução; registro de problemáticas ambientais no campus por meio de fotografias e vídeos, com utilização de celular.	(PERCEPÇÕES PRÉVIAS) Apresentamos o Curso de Extensão aos participantes, com subsídios para a elaboração de um roteiro. Conversamos brevemente sobre as possíveis questões socioambientais e, em seguida, os estudantes, com o propósito de identificarem essas questões no Campus, realizaram um tour institucional com registro em fotografias e vídeos nos seus celulares. As mídias foram enviadas para um grupo construído em Rede Social, WhatsApp. Após, retornaram para o local das oficinas, uma sala de aula localizada no interior do Campus. Formamos três grupos para a construção de um mapa conceitual pré-elaborado onde registraram as percepções prévias socioambientais em consonância com a abordagem realizada anteriormente sobre as etapas de construção de um roteiro. Em sequência, apresentamos o mapa conceitual por um representante de cada grupo e se discutiu as possíveis temáticas para o documentário.
2ª	Estudo autodirigido.	Formulação da problemática socioambiental; Causas da problemática socioambiental; Novas informações e definição de estratégias acerca da problemática socioambiental.
3ª	Estudo coletivo com roteiro norteador.	Discussão coletiva para identificação das atribuições do Técnico em Controle Ambiental, em consonância com o tema definido pelo grupo; Possibilidades de atuação do Técnico em Controle Ambiental no âmbito das atribuições identificadas na discussão coletiva.

4ª	Discussão coletiva.	Definição dos elementos necessários para a elaboração do Roteiro, com discussão coletiva e sistematização.
5ª	Exposição oral e interativa	Apresentação dos elementos básicos de fotografia e de gravação de vídeos com celular para uma imagem minimamente aceitável.
6ª	Saída de campo: fotografia e gravação de vídeos do ambiente; captura dos depoimentos.	Utilizamos diferentes dias para recepção de imagem e gravação das narrativas e dos vídeos dos depoentes que não estariam na Instituição no dia previsto, um sábado. Decorreu no sábado previsto as fotografias e gravação de vídeos no Horto (registro do ambiente).
7ª	Avaliação discursiva.	Revisão das questões socioambientais no Horto e as possíveis ações do Técnico em Controle Ambiental, a partir das abordagens realizadas nas oficinas.

Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 250-251), adaptado.

Subtraímos do quadro acima a organização das atividades desenvolvidas nas sete oficinas do curso de extensão Horto do IFRJ - Campus Nilópolis: questões socioambientais e diálogos possíveis. Para fins de análise, apresentamos o Quadro 5, onde demonstramos a construção do saber sistematizado durante o desenvolvimento das oficinas:

Quadro 5 - Títulos, proposições e abordagens teóricas envolvidas nas oficinas

OFICINA	PROPOSIÇÕES	ABORDAGENS TEÓRICAS ENVOLVIDAS
1ª-Percepções prévias	Visão desconexa e pouco interconectada entre os elementos constituintes da problemática do Horto.	Conhecimento das partes e suas relações entre elas para a compreensão do real em sua totalidade (RAMOS, 2008).
2ª-Formulação e reformulação da problemática socioambiental	Estabelecimento de relações entre o conhecimento prévio e o estudo autodirigido para aquisição de novas informações; descobertas das interconexões a partir do roteiro de estudo.	Visão holística: pensar coletivamente e trabalho coletivo (BEHRENS, 2013); Visão naturalizada do meio ambiente que implica no processo de objetificação da natureza (GRÜN, 2012).

3ª- Identificação das atribuições do Técnico em Controle Ambiental e possibilidades de atuação dentro da temática definida	Compreensão da relação profissional do Técnico em Controle Ambiental nas questões socioambientais.	Atividades integradoras DCNs (BRASIL, 2013); Compreensão global da realidade e suas inter-relações (RAMOS, 2008); Protagonismo do aluno na produção de vídeo; contribuição na leitura, escrita e exposição oral (OECHSLER et. al. 2017).
4ª- Elementos para a construção do Roteiro	A partir das relações estabelecidas e da orientação acerca da construção de um roteiro, foi possível, por meio de discussão coletiva, estabelecer a sequência das cenas para organização do roteiro.	Projeto de trabalho (HERNÁNDEZ e VENTURA, 2017); Pré-produção, produção e pós-produção (SOARES, 2007).
5ª - Noções de enquadramento e gravação de vídeo	Preparação técnica para a execução do roteiro	Criação de vídeos a baixo custo (MOLETTA, 2019).
6ª - Fotografia do ambiente, gravação de vídeos do ambiente, gravação dos depoimentos	Execução do roteiro	Uso das TIC de forma planejada e operacionalizada pedagogicamente (KENSKI, 2012).
7ª- Recapitulação das questões socioambientais no Horto e possíveis ações do Técnico em	Avaliação discursiva com revisão dos aspectos abordados nas oficinas, onde se percebeu melhor compreensão contextual e inter-conexão de saberes.	Atividades integradoras - DCNs (BRASIL, 2013); Compreensão de uma realidade concreta tematizada (RAMOS, 2008).
Controle Ambiental		

Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 251-252)

Na análise dos quadros 4 e 5 podemos inferir das sete oficinas, a contribuição das estratégias pedagógicas para um determinado fim e as conjecturas, a partir das finalizações de cada oficina.

Com a primeira oficina, ao objetivarmos alcançar os conhecimentos prévios dos estudantes em relação à uma problemática socioambiental e a sua identificação no IFRJ, campus Nilópolis, utilizamos diferentes recursos pedagógicos para este fim. Os estudantes identificaram problemas socioambientais no Horto localizado no interior da Instituição. Relataram como “estado precário” o vazamento da caixa d’água localizada

no interior do Horto e o lançamento de guimbas de cigarros no local. Contudo, percebemos a falta de ligação entre os elementos do Horto, incluindo o afastamento de comportamentos antrópicos na incidência de questões relacionadas e interligadas.

Na segunda oficina, os estudantes reformularam a problemática socioambiental observada no Horto, com suporte teórico. O estudo autodirigido possibilitou novas conexões e novas informações para a identificação das causas, dos elementos inseridos na problemática socioambiental e de estratégias para atuação. Os estudantes relacionaram a questão ambiental com a comunidade escolar e apresentaram algumas atividades práticas para planejamento organizacional e sensibilização: confecção de placas artesanais informativas, aquisição e instalação de equipamentos para prevenção de incêndios, irrigação do solo, remoção do acúmulo de água, programação de atividades interativas para envolvimento dos estudantes da Instituição no Horto, e monitoramento da caixa d'água. Ainda, compreenderam a importância do encaminhamento de questões cabíveis à gestão da Instituição para resolução.

A terceira oficina objetivou um estudo coletivo para a identificação das possibilidades de atuação do Técnico em Controle Ambiental em questões socioambientais. Apresentamos as atribuições desse profissional e discutimos sobre aquelas relacionadas à atuação no problema socioambiental do Horto: levantamento ambiental, medidas para minimização dos impactos ambientais e campanhas de Educação Ambiental. Os estudantes exploraram o levantamento ambiental com inter-relações entre o vazamento da caixa d'água e os impactos no solo e vegetação, além de relacionarem com questões de saúde ambiental ao ponderarem sobre a formação de poças d'águas como focos de possíveis doenças. Ressaltaram, ainda, a falta de conscientização em relação aos lixo despejados no local. Nas medidas para minimização dos impactos ambientais e campanhas de Educação Ambiental recorreram às atividades práticas de planejamento e sensibilização pensadas na oficina anterior (segunda oficina).

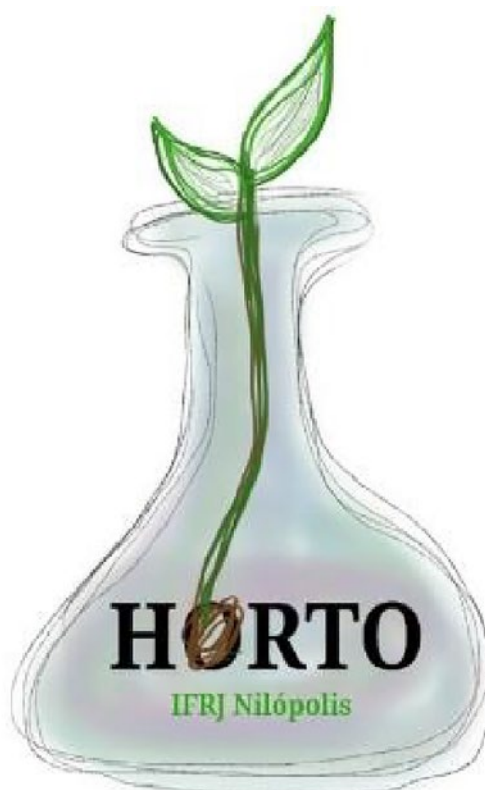
Na quarta oficina organizamos coletivamente o roteiro. Abordamos, inicialmente, a história do Horto, em seguida, as questões socioambientais do local, e, por fim, as possíveis formas de resolução. Para a construção do roteiro valemo-nos do conhecimento adquirido no desenvolvimento das três oficinas anteriores. Algumas cenas se apoiaram em depoentes, outras foram narradas pelos estudantes, a partir dos estudos das oficinas. No decorrer dessa oficina, uma das estudantes, que também atuava como monitora do Horto, informou que havia socializado as informações discutidas nas oficinas com os demais monitores, o que provocou um engajamento e participação do coletivo de monitores do Horto na confecção de placas artesanais informativas (Figura 1) e criação de um símbolo de identidade visual (Figura 2) para utilização nas redes sociais, com o objetivo de divulgar as atividades do local:

Figura 1 – Placa “Não jogue lixo” colocada no Horto.



Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 251-252)

Figura 2 – Símbolo de identidade visual criado pelos monitores para divulgação do Horto em rede social –Instagram (@horto.ifrj).



Fonte: Acervo dos autores.

Na quinta oficina, consideramos conexo a apresentação de elementos básicos para filmagem e fotografia, uma vez que os estudantes realizaram essa etapa com seus celulares.

Na sexta oficina, os estudantes executaram o roteiro: efetivaram as filmagens e captaram as imagens do ambiente. Nas figuras 3 e 4 podemos observar nas fotografias captadas pelos estudantes a entrada do Horto e a sua visão do alto:

Figura 3 – Entrada do Horto



Fonte: Nunes Silva; Rocha (2020, p. 251-252)

Figura 4 – Visão alta do Horto



Fonte: Acervo dos autores.

A sétima oficina versou sobre a recapitulação das questões socioambientais por meio de uma avaliação individual discursiva. Os estudantes demonstraram maior conhecimento contextual e capacidade de compreensão da atuação do Técnico em Controle Ambiental em questões socioambientais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos que, por meio do processo de construção coletiva de um vídeo documentário socioambiental, os estudantes pesquisaram e discutiram questões socioambientais, buscaram estratégias de resolução das problemáticas abordadas e interconectam saberes.

Nesse sentido, a produção coletiva do videodocumentário contribuiu para a integração curricular e colaborou com o protagonismo do estudante no planejamento e análise de soluções de problemas.

Vimos com o presente relato de experiência contribuir para a prática de atividades integradoras, mediante um ensino contextualizado, humanizado e interconectado com diferentes saberes para a pesquisa e resolução de um determinado fenômeno ou problemática, como exemplificada aqui com a questão socioambiental observada no âmbito da instituição, a qual os estudantes pertencem.

Demais informações e análise teórica podem ser consultadas no artigo publicado e intitulado: **DOCUMENTÁRIO SOCIOAMBIENTAL: contribuições na formação discente do curso técnico em controle ambiental**, de autoria de Barbara Aparecida Nunes Silva e Marcelo Borges Rocha (2020).

Recomendamos a replicabilidade do processo de produção do videodocumentário, com observância das adaptações necessárias à realidade local.

REFERÊNCIAS

BEHRENS. Marilda Aparecida. Projetos de Aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

Acesso em: 23/10/2019.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 51-81.

Clavatta, Maria. Ramos, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil-Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n.

8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 23/10/2019.

GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 14ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.45

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MOLETTA, Alex. **Criação de curta-metragem em vídeo digital: uma proposta para produções de baixo custo**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2019.

NUNES SILVA, Barbara. A., ROCHA, Marcelo. B. PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO SOCIOAMBIENTAL: contribuições na formação discente do curso técnico em controle ambiental. **Revista Contexto & Educação**. Rio Grande do Sul: Editora da Unijuí, 2020.35(112), 239-258. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2020.112.239-258>

OECHSLER, Vanessa., FONTES, Bárbara Cunha., BORBA, Marcelo de Carvalho. Etapas da produção de vídeos por alunos da educação básica: uma experiência na aula de matemática. (**Belo Horizonte, online**) [online]. 2017, vol.2, n.2. ISSN 2526-1126. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/etapas-da-producao-de-videos-por-alunos-da-educacao-basica-uma-experiencia-na-aula-de-matematica/>
Acesso em: 23/10/2019.

RAMOS, Nogueira Marise. **Concepção do Ensino médio Integrado**. Seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró; aspectos do debate realizado no seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará: maio/2008. Disponível em:
<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>
Acesso em: 24/11/2018.

SOARES. Sérgio J. Puccin. **Documentário e roteiro de cinema: da pré-produção à pós-produção**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de doutor em Multimeios. Orientador: Prof. Dr. Fernão Vitor Pessoa de Almeida Ramos. CAMPINAS, 2007.

UMA ESTUDANTE DO ProfEPT NA CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO

Vanessa Cauê Krugel²⁵

Wilson Lemos Junior²⁶

1. INTRODUÇÃO

Este é um relato de uma egressa do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Câmpus Curitiba, ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Este texto tem por objetivo compartilhar a experiência da construção de um produto educacional, o documentário Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR durante a década de 1990.

Segundo Krugel e Lemos Junior (2021), o projeto se inclui na linha de pesquisa Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, no Macroprojeto 42 – História e Memórias no Contexto da EPT, do ProfEPT. O trabalho integra o grupo de pesquisa, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pelo IFPR, História e Políticas da Educação Profissional.

O relato descreve o assunto central do documentário, que é a ampliação de cursos ocorrida durante a década de 1990, contemplando o processo de pesquisa que levou à escolha e desenvolvimento do vídeo, com destaque para as descobertas e as principais dificuldades encontradas pela estudante. Relatam-se também os recursos, fontes e métodos explorados para que os objetivos fossem alcançados.

A pesquisa utilizou como principal método a história oral de cinco professores, que contaram suas experiências na construção e fortalecimento da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, durante a década de 1990. Empregou-se a perspectiva do historiador Edward Thompson (1981), que busca a valorização da experiência da vida cotidiana de homens e mulheres comuns na história.

Com as entrevistas, foi possível aprofundar os conhecimentos sobre a dualidade estrutural da educação brasileira ocorrida na escola, pois os documentos muitas vezes não conseguem esclarecer as sutilezas das relações.

²⁵Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFPR. Especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo IFPR. Tecnóloga de Design de Móveis pela UTFPR. Técnica em Prótese Dentária pelo IFPR. Técnica em Desenho Industrial pelo CEFET-PR. E-mail: vanessa-caue@msn.com.

²⁶Doutor em Educação pela PUCPR. Mestre em Educação pela UFPR. Professor do IFPR – Câmpus Curitiba. Professor permanente do ProfEPT. Realiza estudos sobre a história e política da educação brasileira, com ênfase na educação musical e na educação profissional. Líder do grupo de pesquisa História da Educação Profissional no Brasil. E-mail: wilson.lemos@ifpr.edu.br

A relação entre a educação básica e a profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX, não havia registros de iniciativas sistemáticas que hoje podem ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, uma vez que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso (MOURA, 2007, p. 5).

O documentário foi apresentado como atividade integrante da Semana da Formação Pedagógica e Planejamento Coletivo 2020-1 do IFPR – Campus Curitiba. Após a apresentação, ocorreu uma roda de conversa de uma hora sobre o vídeo, na qual foi possível obter a avaliação necessária para o cumprimento do requisito de conclusão do curso.

2. A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

Quando o mestrando ingressa no ProfEPT já é informado da necessidade de construção de um produto educacional. Após o primeiro semestre do curso, comecei a compreender melhor o que era isso e quais seriam as possibilidades de desenvolver um produto educacional.

Inicialmente, o produto não foi uma preocupação, mas, sim, o tema do trabalho, que se mostrava mais urgente. Havia a necessidade de desenvolver, antes do produto, uma construção teórica, neste caso, uma pesquisa histórica, visando a compreender e valorizar a trajetória do IFPR durante uma década bastante movimentada, a década de 1990.

Estudar as origens do IFPR já era um interesse pessoal desde 2016, quando ingressei na Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertada pelo IFPR – Câmpus Curitiba. Durante o curso, me tornei voluntária do Projeto Centro de Memórias do IFPR, o qual objetiva a organização dos documentos históricos das instituições e investigação de fatos históricos relevantes.

O IFPR é um dos nove institutos federais que descendem de escolas técnicas vinculadas às universidades, neste caso, a Universidade Federal do Paraná. A escola foi obtida no ano de 1941 e, mesmo antes disso, oferecia somente como curso técnico um ligado à área de comércio. Na década de 1950, este passou a se chamar curso Técnico em Contabilidade, com a federalização da universidade pela Lei nº 1.254/1950.

A escolha do período aconteceu, principalmente, pelo fato de que foi na década de 1990 que a instituição passou por uma ampliação de cursos, depois de um longo período ofertando cursos ligados à área de contabilidade. No decorrer do estudo, percebeu-se que, nessa década, a escola passou por três ampliações, por motivos diferentes. A primeira ocorreu em 1986, quando, tomando conhecimento da situação precária enfrentada pela escola dentro da universidade, o reitor Riad Salamuni, junto de alguns professores, tomou a decisão de transformar a escola em um órgão suplementar, ofertando novos cursos, que pudessem auxiliar os cursos da universidade (KRUGEL, 2020).

Uma das novas funções da ET-UFPR consistia em atender a projetos de extensão de alguns cursos universitários, como o curso Técnico em Enfermagem, que pretendia fornecer mão de obra para o curso de Medicina e Enfermagem dentro do Hospital de Clínicas. Já o curso Técnico em Prótese Dentária foi criado para atender às necessidades protéticas de atendimentos odontológicos à população pelo curso de Odontologia (KRUGEL, 2020, p. 46).

Esses cursos não nasceram para o fortalecimento do ensino técnico, apesar de quase todos serem integrados, mas para produzir auxiliares aos cursos superiores, fortalecendo a dualidade estrutural brasileira entre cursos superiores destinados à elite e cursos técnicos direcionados aos menos abastados.

Em 1991, a escola passou a se chamar Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, ofertando mais quatro cursos, além do de Contabilidade, iniciando, assim, a ampliação pela qual a instituição passou durante a década de 1990. Com essa expansão e o prestígio que a escola ganhou na comunidade local, a demanda por espaço cresceu e a escola, que era situada no prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade, em Curitiba, ganhou um edifício novo para se acomodar, o que tornou possível dar continuidade ao seu processo de expansão a partir de 1994, sendo esse o segundo momento de expansão na década.

A terceira ampliação ocorreu com a implementação da proposta de educação dualista, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, como explica Krugel (2020, p.46):

Em meio à política neoliberal, no ano de 1998, em consonância com o Decreto nº 2.208/1997, que pretendia extinguir a educação profissional integrada ao ensino médio, a ET-UFPR passou a oferecer um disputado ensino médio. A educação profissional integrada ao ensino médio começou a perder forças para duas vertentes, o ensino médio regular e os cursos profissionais pós-médios, priorizando, assim, uma educação dualista: uma preparatória para a vida acadêmica (os que pensam) e uma educação operacional (para os que fazem).

Apesar de passar a ofertar novos cursos, esses eram aligeirados, sem grande profundidade e desintegrados do ensino médio regular. Em contrapartida, a escola passou a ofertar um curso de ensino geral forte, sendo preciso lembrar que o ensino médio integrado sofreu duros golpes no decorrer da década de 1990. A desigualdade aumentou entre os que eram formados para o trabalho manual e os que eram direcionados ao trabalho intelectual (KRUGEL; LEMOS JUNIOR, 2021b).

A pesquisa contou com um rico material proveniente do Centro de Memórias do IFPR, como memorandos, ofícios e fotografias; além disso, a instituição possuía outro recurso de pesquisa insubstituível: os professores que atuaram na construção dessa escola.

A partir da perspectiva de Thompson (1981), que valoriza as experiências, ou seja, a história do cotidiano dos diferentes sujeitos na história, decidi explorar a história oral como principal método. A história oral foi importantíssima para trazer aos fatos descritos nos documentos a história vista de baixo, considerando as mulheres e homens

comuns, como é apreciado pelo autor.

Pesquisador que buscava a experiência dos homens e das mulheres do povo, dos trabalhadores em sua vida cotidiana, Edward Thompson foi o historiador que inaugurou um dos desdobramentos da história social: a 'história vista de baixo', que por sua vez, colaborou, direta e indiretamente, para a implementação de alguns caminhos da pesquisa histórica, como a micro história e a história oral (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Escolhida a história oral como método de pesquisa, as primeiras ideias de produto educacional começaram a surgir, com base nas entrevistas realizadas com professores, que nesse método se assemelham a uma conversa, mas de uma forma semiestruturada.

Iniciei o estudo a fim de escolher o tipo de produto que combinaria com a pesquisa. Primeiramente, analisei os grupos possíveis de produtos educacionais permitidos pelo programa e percebi que a categoria de mídias educacionais se encaixaria melhor para contar a história da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Apesar de considerar um documentário algo complexo e inviável, a ideia ganhou simpatia e apoio de meu orientador, que apostou nessa forma de produto assim que a proposta foi apresentada.

A princípio, pensei em fazer algo bem simples, com uma câmera de celular e muitas conversas com professores de forma improvisada. Imaginava que seriam muitas entrevistas (quanto mais, melhor) e estas seriam compiladas em um vídeo longo. No decorrer do planejamento e construção da obra, o cenário foi se desenhando de forma bem diferente.

Tendo decidido que o produto educacional seria um documentário, enfatizando o contexto de ampliação de cursos ocorrido durante a década de 1990 na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, o planejamento começou a ser feito. Como o IFPR possui o curso Técnico em Processos de Áudio e Vídeo, marquei uma reunião com uma das professoras do curso, à procura de orientações e auxílio. Nessa reunião, após a exposição do projeto, a professora Elizabete dos Santos, que também é coordenadora de um projeto de extensão responsável por produzir vídeos dos alunos do curso, ofereceu uma parceria com o seu projeto TEC Vídeo, além de disponibilizar uma equipe de estudantes do curso e todos os equipamentos necessários.

A reunião seguinte contou com a presença da equipe, composta por: mim, Vanessa Cauê Krugel, pesquisadora, entrevistadora e roteirista; Fernanda Magalhaes Ferrari, diretora, roteirista e editora; Dejean França, diretor de fotografia, montador e editor; e Nanashara Scaravelli, diretora de áudio, captadora de som direto e produtora. Após expor as ideias do produto educacional, a equipe começou a estudar a viabilidade de confecção, além de sugerir novas ideias e possibilidades. Ficou decidido que o documentário não deveria ultrapassar 20 minutos de duração, para não ficar cansativo, devendo ser informativo, questionador, mas também lúdico. As entrevistas foram limitadas a cinco professores, com preferência para mulheres, o que acabou se tornando uma dificuldade.

Também nessa reunião, ficou decidido que as entrevistas seriam gravadas em estúdio preto e que seriam utilizadas muitas fotos originais da escola, pois o Centro de Memórias do IFPR possui um acervo considerável desses registros pelo qual eu mantinha um grande carinho.

Começou, então, a fase de preparação para as filmagens. Foi formalizado um pedido à Universidade Federal do Paraná para que pudessem ser realizadas imagens nas dependências internas da instituição, nos locais onde a escola esteve alocada no período estudado. Essas imagens foram usadas para ilustrar o vídeo.

Também procurei imagens de vídeo da escola na época. Pesquisas feitas no acervo da universidade e no Museu da Imagem e do Som não obtiveram sucesso; as melhores imagens vieram de fitas de VHS produzidas em solenidades de colação de grau, pertencentes ao Centro de Memórias do IFPR.

Ao conseguir um videocassete e assistir a uma das fitas de formatura, do ano de 1993, tive uma surpresa agradável: o próprio reitor Riad Salamuni, já falecido, em seu discurso explicava como aconteceu sua decisão de ampliar a escola, no ano de 1986. Esse trecho importantíssimo fez parte do documentário e da dissertação.

A certeza inicial de que seria muito fácil conseguir entrevistados foi substituída por várias negativas de participação, especialmente das professoras pré-selecionadas, que se recusaram a participar, muitas alegando não ter a contribuir com a pesquisa, pois não atuavam diretamente na gestão da escola. Esse fato não ocorreu com nenhum dos professores, que, na maioria das vezes, se sentiram homenageados, mesmo os que optaram por não participar.

Para Paul Thompson (2002), existe diferença quando se trata de gênero na memória. Os homens tendem a falar dos feitos como seus, sendo sujeitos das ações, enquanto as mulheres usam frequentemente verbalizações apoiadas em relações sociais, incluindo, nas suas histórias de vida, trechos das histórias de outras pessoas, empregando constantemente o pronome “nós”. Isso pode ajudar a explicar o porquê de tantas professoras da antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná alegaram não poder contribuir com a história da instituição.

Outro acontecimento me deixou muito triste e desanimada nessa etapa da pesquisa: o professor mais influente da primeira ampliação da escola e primeiro diretor da instituição, Sidney Vaz, infelizmente faleceu semanas antes de conceder entrevista ao documentário.

Finalmente, consegui cinco depoentes muito atuantes na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, a saber:

- Gilson de Lima Moraes, docente de Química desde 1982 e atual servidor do IFPR.
- Claudir Schmidlin, docente do curso Técnico em Contabilidade desde 1985 e um dos fundadores do curso de Transações Imobiliárias.
- David José Celinski, docente do curso Técnico em Prótese Dentária desde 1991 e do mesmo curso do IFPR.
- Irapuru Haruo Florido, docente do curso Técnico em Processamento de Dados, que

ingressou na escola em 1991 e é atualmente professor de Informática do IFPR.

- Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado, professora da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná desde 1998 e atual docente do ProfEPT.

Seguindo a metodologia da história oral, a relação com os entrevistados começou bem antes do momento da entrevista. Foram realizados encontros para explicar a pesquisa e conversar livremente sobre o tema, aumentando meu vínculo com os entrevistados.

Momentos antes da entrevista, cada professor recebeu uma caixa de lembranças, contendo fotos, documentos e diários de classe, relacionados à vivência dele na escola no período estudado. Essa caixa tinha a intenção de aflorar a memória e as emoções dos professores. Isso porque a história oral desperta o lado subjetivo e afetivo do ser humano, ou seja, a vontade de contar histórias, de fazer depoimentos sobre a vida, de lembrar o que passou e os anos vividos, como se esse procedimento pudesse, de alguma forma, trazer o tempo vivido para o presente (ALMEIDA, 1998).

Para Krugel (2020), a riqueza da história oral, junto do audiovisual, está em explorar o diálogo além da fala, pois o olhar, as expressões, as pausas e os silêncios podem falar mais do que as palavras. Nas entrevistas, aconteceram vários momentos emotivos, principalmente quando os entrevistados foram indagados sobre suas lembranças na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

Para captar os detalhes dos entrevistados, foram utilizadas duas câmeras, uma fixa frontal, ao lado da entrevistadora, que não apareceu no vídeo enquanto as entrevistas foram realizadas, e outra móvel, que captou detalhes, como mãos, olhos e lábios. A captação de som também foi feita em separado.

Cada entrevista foi feita de modo individual e cada entrevistado gerou em média uma hora e 30 minutos de conteúdo. Esse material foi totalmente transcrito por mim, que selecionei trechos das entrevistas para fazer parte do vídeo, marcando os minutos que o editor deveria incluir no documentário, uma parte bem trabalhosa e muito rica da pesquisa. A transcrição também ajudou a preencher lacunas na dissertação, isto é, partes importantes da história que não estavam contempladas em outros documentos.

A equipe sentiu falta de uma introdução ao tema no documentário; diante disso, protagonizou o início do vídeo, com explicações e imagens feitas no cofre, local no qual está instalado o Centro de Memórias do IFPR. Ainda, selecionei cerca de cem fotografias da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná do período estudado para ilustrar o documentário, o que acabou se tornando um número excessivo para a edição das fotos, tendo sido utilizada aproximadamente a metade delas.

Também para ilustrar o trabalho, foram feitas imagens externas nas dependências da universidade, nos locais em que a escola esteve alocada durante a década de 1990. As imagens foram realizadas com as câmeras do curso Técnico em Áudio e Vídeo, além de imagens de drone feitas nessa mesma ocasião. Ao mostrar as imagens para um dos entrevistados, a equipe foi surpreendida com a constatação de que havia gravado um local equivocado do Prédio Histórico da universidade e precisou refazer algumas imagens.

Na edição, somando-se a imagem captada no ato da entrevista, há a possibilidade de se inserir fotografias, textos e imagens de arquivo. Para evidenciar o arcabouço teórico que norteia a reflexão, e os recortes estabelecidos pelo historiador, pode-se inserir citações de teóricos, títulos ou palavras chave. Ao assumir a posição de entrevistador, o historiador deve buscar nuançar esquemas coerentes de narração, para que assim consiga extrapolar depoimentos ‘emoldurados’. Ao posicionar-se face a face com o depoente, instaura-se um encontro onde o passado e presente materializam-se assumindo uma temporalidade de fronteiras movediças (MACIEL, 2018, p. 85).

A escolha do nome do documentário foi feita quase no fim do processo. Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR durante a década de 1990 teve como ênfase o substantivo “construção”, por conter ambiguidade de sentido, referindo-se tanto à construção física, relatando a ampliação espacial, quanto à construção pedagógica, com a expansão na oferta dos cursos. Nesse sentido, Krugel (2020) ressalta que a escola cresceu nessas duas dimensões, não se restringindo à ampliação dos espaços físicos e aquisição de novos equipamentos, mas perfazendo, principalmente, uma mudança nas diretrizes da educação profissional.

O documentário, que pode ser visto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=AzBK-wNww3g>, foi apresentado como atividade integrante da Semana de Formação Pedagógica e Planejamento Coletivo 2020-1 do IFPR – Campus Curitiba, no dia 3 de fevereiro de 2020. Após a apresentação, aconteceu uma roda de conversa de uma hora sobre ele.

Para a divulgação da exibição, foi confeccionado um cartaz, distribuído pelo Campus Curitiba, com informações pertinentes ao filme, havendo a possibilidade de ser reimpresso e reutilizado para novas exibições. Além dos cartazes, o IFPR – Campus Curitiba enviou e-mail para todos os servidores divulgando a programação completa da Semana Pedagógica, constituindo uma ampla divulgação da exibição. A atividade aconteceu de forma concomitante a outras práticas do evento, explicando o número relativamente pequeno de participantes, em comparação com o total de servidores presentes.

Ao término da roda de conversa, os participantes receberam um questionário de avaliação com dez questões para a avaliação da pesquisa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase deste relato está no dia a dia da realização de um documentário para o ProfEPT, como produto educacional. É preciso destacar que a autora pesquisadora já descreveu a construção desse trabalho em outras ocasiões, mas, neste relato, procurou responder às dúvidas levantadas a ela por outros estudantes do programa em relação às dificuldades encontradas nesse processo.

Tratou-se de um trabalho complexo, pois conciliar a equipe de quatro pessoas, gravações em estúdio e entrevistas com tempo determinado não foi uma tarefa fácil, tendo em vista haver necessidade de disponibilidade de tempo para conquistar a confiança dos entrevistados. No entanto, foi muito gratificante a realização das entrevistas,

principalmente quando os participantes se emocionaram ao lembrar suas carreiras profissionais.

O material utilizado é uma importante fonte para outras pesquisas que pretendem estudar a história do IFPR. Ainda, com as entrevistas, foi possível aprofundar os conhecimentos sobre a dualidade estrutural da educação brasileira ocorrida na escola, pois os documentos muitas vezes não conseguem esclarecer as sutilezas dessas relações. A autora já entendia que se tratava de um ambiente muito propício para atitudes que marcavam bem essa situação, pois refere-se a uma escola técnica, com poucos recursos, funcionando dentro de uma universidade. Entretanto, foram os relatos dos professores que trouxeram riqueza de detalhes para a compreensão. Diante do exposto pelos professores, o pano de fundo do documentário se tornou a dualidade estrutural da educação brasileira, revelando as dificuldades enfrentadas por essa instituição.

Ademais, ocorreu uma troca de conhecimentos entre a pesquisadora, os estudantes do curso Técnico em Áudio e Vídeo e os professores depoentes. Os estudantes fizeram relatos de reflexões sobre a dualidade estrutural e a influência da história do IFPR em suas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KRUGEL, Vanessa Cauê; LEMOS JUNIOR, Wilson Lemos. Tempos de construção: um documentário como produto educacional. In: SEMINÁRIO REGIONAL SUL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1., 2021, Blumenau. **Anais [...]**. Blumenau: IFC, 2021a. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sept2021/329102-TEMPOS-DE-CONSTRUCAO--UM-DOCUMENTARIO-COMO-PRODUTO-EDUCACIONAL>. Acesso em: 2 ago. 2021.

KRUGEL, Vanessa Cauê; LEMOS JUNIOR, Wilson. Políticas públicas para a educação profissional no Brasil (1988-1998). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, e10386, mar. 2021b. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10386>. Acesso em: 19 jul. 2021.

KRUGEL, Vanessa Cauê. **Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1988-2000)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9690452. Acesso em: 10 ago. 2021.

MACIEL, Ana Carolina de Moura Delfim. Memórias colecionáveis: testemunhos audiovisuais com doadores do Museu Paulista (USP). In: MAUAD, Ana Maria. **História oral e mídia: memórias em movimento – letra e voz**. São Paulo: [s.n.], 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**, São Paulo, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.

NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO COMO PRODUTO EDUCACIONAL

Silvia Schiedeck²⁷

Maria Cristina Caminha de Castilhos França²⁸

1. ERA UMA VEZ

Contar uma história pode parecer fácil quando conhecemos de antemão seus personagens, o início, o meio e o fim da narrativa e, até mesmo, o desenrolar dos personagens. Contudo, quando nos debruçamos sobre narrativas memoriais, carregadas da imprevisibilidade que caracteriza a captura de fragmentos de recordações que ocorreram há muito tempo, é preciso flexibilidade e adaptação entre o que se espera e o que se obtém. Para a produção de um vídeo etnográfico é preciso entender que os atores são especiais – não decoram seus discursos, nem deixam mapear seus movimentos” (FONSECA et al, 1998, p. 2).

O relato que segue busca apresentar o caminho percorrido pelas autoras na construção do documentário etnográfico “A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais” em que são apresentadas as narrativas memoriais dos sujeitos envolvidos com a construção da política para a educação profissional e tecnológica no Brasil que desencadeou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Ao adotarmos a etnografia como metodologia, optamos por utilizar as tecnologias audiovisuais para compartilhar as memórias do grupo estudado, revelando territórios ainda não percebidos. A ressignificação de narrativas do tempo passado no presente, quando registradas nas imagens de um documentário etnográfico, se propõe a compor visualmente os fatos em uma sucessão temporal no interior da história vivida (ROCHA; ECKERT, 2013).

Partindo de enunciados da Antropologia, um documentário etnográfico pretende restaurar visualmente, através de fatos organizados numa sucessão temporal no interior de uma história considerada no cômputo de uma tradição narrativa específica, as relações entre os acontecimentos ou incidentes individuais vividos por grupos humanos [...] (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 3).

Para avançarmos na compreensão do cenário intrincado que se desenrola nas narrativas dos habitantes das grandes cidades contemporâneas, nos apropriamos da etnografia da duração, termo cunhado por Rocha e Eckert (2013), que permite a tradução destas narrativas em seu desejo de transcender o tempo, quando o presente é introdu-

²⁷Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)/Campus Porto Alegre, possui especialização em Gestão Cultural pelo SENAC/RS. É produtora cultural no IFRS. E-mail: silvia.schiedeck@ifrs.edu.br.

²⁸Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Professora e Pesquisadora do IFRS – Campus Porto Alegre) e docente no ProfEPT/IFRS e no PPGQVS/UFRGS. E-mail: mcristina.franca@poa.ifrs.edu.br.

zido no passado e o passado é conservado dentro do presente por meio de suas memórias.

A escolha dos sujeitos entrevistados para o documentário deu-se em função da atuação reconhecida de políticos e teóricos envolvidos direta ou indiretamente nas políticas para a EPT durante o governo Lula, tendo como delimitação de tempo período considerado entre a publicação do Decreto nº 5.154/2004 e a assinatura da Lei nº 11.892/2008. Alguns deles prestigiados com a exposição nas mídias e outros pelas produções teóricas acerca do assunto. Já antevíamos, porém, que, ao iniciarmos as entrevistas, estes contatos nos indicariam novas redes de contato, o que nos levaria a outros capítulos.

Ao optarmos pelo documentário como produto educacional pensamos nas possibilidades de exibição inerentes a este formato, que é versátil para ser utilizado sozinho ou acompanhado de materiais impressos que o complementam, permitindo a análise de seu conteúdo e de sua forma. Como refere Fonseca (1995), um filme não precisa ser autônomo. Ao contrário, pode autorizar os estudantes a possuí-lo, a ser visto e revisto, interpretado e reinterpretado, quantas vezes forem de seu interesse.

2. COMO COMEÇAR UM COMEÇO?

O documentário “A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais” foi apresentado como produto educacional vinculado à dissertação “Narrativas memoriais sobre os Institutos Federais: a concepção de uma nova institucionalidade para a Educação Profissional e Tecnológica” do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado ProfEPT²⁹.

A ideia de narrar os acontecimentos que provocaram o surgimento dos IFs como a mais importante política para a EPT nas últimas décadas, nasceu do nosso desejo de lançar novos olhares sobre esta transformação sem precedentes para a educação brasileira. Durante as apresentações e discussões sobre o projeto, ainda nos primeiros semestres do curso, antes da etapa da qualificação, surgiu a hipótese da construção de um documentário que contasse essa história, principalmente quando vislumbramos o ineditismo da produção dos dados das entrevistas.

Ao pretendermos um documentário etnográfico como produto educacional proveniente de uma pesquisa científica, tínhamos a preocupação e o compromisso com a autenticidade e a observância dos procedimentos metodológicos estabelecidos academicamente. A aprovação do conteúdo da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo seres humanos trouxe à tona uma provocação: convém que, ao se abordar a ética na pesquisa em Ciências Humanas, tenha-se o cuidado de não a enquadrar de modo inflexível na matriz existente da pesquisa biomédica.

²⁹Silvia Schiedeck é egressa da primeira turma do ProfEPT do IFRS – Campus Porto Alegre, sob a orientação da professora Maria Cristina Caminha de Castilhos França. Link de acesso ao documentário: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Link de acesso à dissertação: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7669371. Número do Parecer Consubstanciado de aprovação do CEP: 2.612.227.

Para Diniz (2008), ainda que muitos conceitos sejam semelhantes, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os riscos implicados na participação dos entrevistados, faz-se necessário “entender que cada desenho metodológico pressupõe uma nova sensibilidade ética” (DINIZ, 2008, p. 421). Desse modo, definir com antecipação o roteiro ou os sujeitos entrevistados pressupõe uma rigidez inexistente no formato de pesquisa adotado, já que roteiro etnográfico é construído na medida em que os eventos se sucedem e sua urdidura definitiva ocorre com o término da edição das imagens. Um filme etnográfico é reconstruído continuamente pelos participantes, ao contrário de outras narrativas visuais em que as gravações são pré-determinadas pelo roteiro (DINIZ, 2008).

O enfrentamento das exigências implicadas nos dilemas éticos foi solucionado pela decisão de compartilhar com os entrevistados a transcrição das falas gravadas para que, se fosse o caso, rejeitasse uma ou outra cena. Da mesma maneira, cuidamos para evitar a corrupção do sentido de suas falas, abstendo-nos ao máximo de retirá-las do contexto.

O TCLE entregue aos entrevistados informava que os riscos a que estariam submetidos seriam mínimos e que seus silêncios seriam respeitados caso surgisse uma pergunta que não desejassem responder ou que os equipamentos de gravação seriam imediatamente desligados no caso de alguma informação considerada sigilosa.

Para o roteiro prévio, elaboramos um questionário semiestruturado com questões originadas das leituras teóricas sobre as políticas para a EPT, implementadas com a criação dos IFs. Nosso objetivo era dar liberdade aos entrevistados para discorrerem sobre o tema e valorizarmos a narrativa de suas memórias, construídas na vivência e na lembrança de momentos organizados intelectualmente, onde encontramos a própria história que buscamos.

Na produção dos dados para a pesquisa, adotamos a observação participante como técnica fundamental do método etnográfico e a presença constante do diário de campo, fundamental para o pesquisador que se vê às voltas com equipamento digital. Em momentos posteriores às entrevistas, recorreremos às anotações do diário para elucidar alguma situação que não fora capturada pela câmera, porém registrada por escrito por ser considerada de interesse. Para Hartmann (2009), esses momentos ‘perdidos’ pela câmera, por motivos técnicos ou simplesmente porque não estar ligada, são fatalidades e servem de advertência ao pesquisador de que não é possível registrar tudo. Segundo a autora “o produto final será uma soma de recortes, mais ou menos representativos, da realidade que se quer comunicar” (HARTMANN, 2009, p. 10) e a importância do diário de campo, nestas circunstâncias, é indiscutível.

Mesmo que a cena fique gravada na memória do pesquisador e registrada posteriormente nas anotações de campo,

para o texto visual, o episódio era perdido (quem, aliás, não conhece a experiência desastrosa de passar horas gravando aquela cena, só para descobrir depois que a câmera estava defeituosa ou o microfone mudo). Assim, para trabalhar com vídeo, tive de aprender a lidar com minhas frustrações e trabalhar com um estoque de “dados” infinitamente mais restrito do que o armazenado na minha consci-

Em função de muitos dos entrevistados estarem distantes geograficamente, o contato inicial na grande maioria das situações, foi realizado via rede social WhatsApp. Naquele momento, tomávamos o cuidado de informar a instituição e o programa a que pesquisa estava vinculado e o que se buscava com a entrevista: realizar um documentário sobre a origem dos Institutos Federais utilizando as narrativas memoriais dos envolvidos neste processo.

Trazemos aqui uma particularidade que pode ser um estímulo para que mais documentários sejam realizados. De maneira invariável, os entrevistados se surpreendiam quando começamos a montar o tripé, o microfone e o celular. “Será um vídeo?”, perguntavam, apesar de termos informado ser um documentário. Isso nos indicava eventualmente, que a produção textual poderia ser majoritária como resultado de pesquisas acadêmicas. Nos questionamos se não caberia aos programas de mestrado e doutorado profissionais ampliar esse formato de produção científica.

E munidas com um caderno, teorias e conhecimentos, um celular, um tripé, um microfone de lapela e muito ânimo, partimos considerando cada entrevista como única pois não seria possível repetir os encontros. A condição da excepcionalidade destes momentos gerava insegurança, pois qualquer falha humana ou problema técnico poderia acarretar ausência de informações essenciais para o roteiro final. Foote-Whyte (1975) relata que o pesquisador se questiona sobre “qual o momento apropriado para perguntar, assim como o que perguntar” (FOOTE-WHYTE, 1975, p. 81). Para fazer uma entrevista, assim como com qualquer prática, não basta apenas a teoria para que possamos executá-la bem, conforme vamos fazendo, aprimoramos o seu propósito.

Sem dúvida, amadurecemos a cada encontro e, com o intuito de ilustrar o período de interesse, para que estimular os entrevistados, elaboramos uma linha do tempo com os atos legais do Governo Lula de 2003 a 2008³⁰. No momento em que essa linha do tempo era mostrada aos entrevistados, surgiam reações inesperadas e fatos inusitados, reforçando que o pesquisador pode lançar mão de materiais diversos que possam instigar o sujeito a relembrar.

Em um desses episódios, o professor Luiz Edmundo³¹, ao ver a foto de um antigo Ministro da Educação (Paulo Renato de Souza, governo FHC) comentou: *Paulo Renato. Engraçado, uma vez conversei muito com o Paulo Renato. Ele tinha uma visão interessante, ele já pensava em alguma coisa. Ele não sabia exatamente o quê, mas ele dizia [que] as escolas tinham que ter um outro papel [...]. Mas ele também não mexeu em nada, deixou rolar. Ao contrário, apoiou aquelas tragédias. Não sabe nem o que fez [referindo-se ao movimento privatista para a educação e da política de separação do ensino médio e técnico do citado governo].*

³⁰A linha do tempo expunha um comparativo das ações legais para a EPT do Governo FHC com as do Governo Lula, executadas entre 2003 e 2008, a fim de oportunizar aos entrevistados o cenário das alterações na legislação e, consequentemente, nos rumos das novas políticas para EPT.

³¹Professor Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, professor da Rede Federal desde 1994, foi presidente do CONCEFET nos mandatos 2003/04 e 2004/05, é docente aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Para o professor Eliezer Pacheco.³² Entretanto, visualizar essa linha do tempo trouxe outro sentimento: o esquecimento. Ao vê-la, comentou com a entrevistadora que *se um dia tu puderes me mandar essa linha do tempo, eu agradeceria. [...] Porque eu não lembro mais assim das coisas*. Por serem lembranças de fatos ocorridos há mais de dez anos, evocamos Halbwachs (1990), que aponta que o esquecimento é mais evidente quanto mais distante no tempo nos encontramos dos acontecimentos.

Relatos como esses não entraram na edição final do documentário, porém auxiliaram a entrevistadora no aprendizado de olhar e ouvir. Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, é disciplinando estes “atos cognitivos” (OLIVEIRA, 2006, p. 18) que o pesquisador constrói seu saber. Para nós, a montagem final não deveria ser somente uma colagem de cenas. Queríamos transportar esses sentimentos para a tela, num compartilhar de experiências com os espectadores que permitisse sua conexão, pois “difícilmente pode-se participar de um debate sem se envolver” (FOOTE-WHYTE, 1975, p. 81).

Esse envolvimento ficou evidenciado quando nos demos conta que estávamos frente-a-frente com os teóricos utilizados na conceitualização da pesquisa. Quando nos envolvemos na leitura de um livro ou artigo, podemos perceber a distância existente entre o autor e o leitor, que aumenta na medida em que o escritor “não sabe para quem está escrevendo e o leitor, por seu lado, lida cada vez mais com textos ‘sem rosto’ – cujos autores moram longe ou então já morreram” (FONSECA, 1995, p. 201).

Nos encontros com os sujeitos selecionados, percebemos que conhecíamos os narradores quase que intimamente em seus pensamentos teóricos, lidos à exaustão para compor o universo conceitual da pesquisa. A sensação de conhecê-los era palpável. Eles, entretanto, nos viam pela primeira vez. Era, naquele instante, a representação do público que preenche, com um rosto e com uma voz, a distância existente entre leitor e escritor.

Em relação às técnicas utilizadas pela etnografia pós-moderna, a captura das imagens foi conservadora, utilizando a câmera parada com foco no entrevistado. Esse enquadramento serviu, da mesma forma, como alternativa para as ocasiões em que os espaços físicos onde as entrevistas ocorriam eram pequenos e não comportavam a entrevistadora e o(a) narrador(a) lado a lado.

Foram produzidas mais de dez horas de entrevistas com oito interlocutores para, no final, editarmos um documentário de média metragem e tempo aproximado de quarenta e cinco minutos. Depois de captar as cenas, era preciso definir como apresentaríamos as memórias, as narrativas e as intrigas reveladas por um documentário etnográfico. Assim, as cenas foram escolhidas para transmitir a mensagem de maneira cuidadosa, querendo seduzir a plateia com o documentário e conduzindo o espectador pelas narrativas.

3. REVELAÇÕES MEMORIAIS DE UM DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO

A sociedade moderna é influenciada diariamente pelas tecnologias que modifi-

Professor Eliezer Moreira Pacheco, titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) entre 2005 e 2012.

a forma como o homem urbano percebe o outro e a si mesmo. Em relação à pesquisa antropológica, não é diferente, e os recursos audiovisuais tornaram-se um instrumento valioso para as práticas etnográficas. Segundo Rocha e Eckert (2013), a pesquisa das culturas urbanas contemporâneas, ao se utilizar de imagens

propicia aos grupos sociais estudados compartilhar das experiências de construção de imagens de si, alcançando, assim, a produção antropológica uma eficácia simbólica na construção de memórias coletivas em comparação com a cultura escrita que orienta os meios acadêmicos (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 10).

A matéria prima para o documentário que estruturávamos eram as memórias dos indivíduos selecionados em relação com o tema determinado. As lembranças de uma pessoa são individuais quando são por ela relatadas, porém não estão completamente isoladas de referências exteriores, sendo seu acesso realizado por meio de palavras, ideias e tempos emprestados de seu meio. Nessa rememoração, acabamos por nos apoiar na memória do grupo ao qual fazíamos parte no momento vivido. Dessa maneira, essas recordações apresentam-se coletivas, porque, “em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

As memórias individuais estão inseridas na memória coletiva, mas não se misturam a esta. A memória coletiva apresenta o quadro de um grupo de pessoas envolvidas em determinado tempo e espaço passados. Já as memórias individuais das pessoas que compunham esse grupo refletem-se na parte do que foi visto, feito e pensado naquele período, apesar de “não se [confundir] com a dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 54).

No entanto, quando o grupo social que detinha a sequência dos acontecimentos não existe mais, como era nosso caso, a memória coletiva tende a se dispersar, absorvida por novos grupos que se formam e para os quais essas recordações não importam. Segundo Halbwachs (1990), “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Transpomos a escrita para um documentário e elucidamos esta afirmação com fala da professora Cláudia³³ quando ela comenta que *essa história [dos Institutos Federais] precisa ser contada, porque se ela não for contada vai ficar parecendo que sempre tudo foi muito fácil, que tudo se resume a resmungar aqui, resmungar ali e que as coisas acontecem. Não, não é verdade. Isso exige muito trabalho, muita dedicação, muito compromisso de todos.*

Relembrar seria a maneira de possibilitar ao tempo perdurar. A memória narrada concorreria para que

³³Professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza, Diretora do CEFET/Bento Gonçalves (RS), de 2007 a 2008. Foi a primeira reitora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), desde sua criação, em 2008, atuando nessa posição até 2015.

às faces do tempo que corre sem cessar, em direção à morte dos indivíduos e dos grupos sociais, a memória [acrescente] a possibilidade de regressar, de regredir, de repetir. Neste sentido, a narrativa é fundamental para inserir, no próprio “fio” temporal do discurso, os retornos dos fragmentos do vivido humano (DEVOS, 2005, p. 16-17).

Nesses entrelaçamentos de tempos e espaços sociais, a memória coletiva permite um momento imaginário dentro do fantástico, onde é possível resgatar imagens que não vivem mais, que se situam fora do seu tempo. Simultaneamente, propiciam o próprio encurtamento destas distâncias, perpetuando-se a representação do corpo coletivo (ROCHA; ECKERT, 2001).

Para fazermos a análise destas narrativas, utilizamos da etnografia da duração, que nos permitiu moldar a matéria do tempo, tendo o recordar como uma atividade de composição das narrativas de um passado vivido e pensado no presente. As lembranças não eram apenas uma versão do passado, mas uma organização harmoniosa da recordação a partir de fragmentos vividos que, na sua ordenação ou ondulação narrativa, aparecem com uma série de rupturas em relação à própria continuidade do tempo (ROCHA; DEVOS, 2008).

Um registro documental no campo da etnografia da duração trabalha com três modos de representação da situação passada. O primeiro deles trata do tempo prefigurado e refere-se à relação existente entre o tempo etnográfico e sua representação enquanto narrativa no roteiro de gravação. O tempo configurado refere-se à trama percebida no roteiro da edição e que dá origem à intriga. Por fim, a “mediação do tempo reconfigurado, referente à experiência do espectador com a obra produzida e a sua projeção na tela” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 8).

Na montagem da narrativa de documentário etnográfico, o tempo vazio entre dois ou mais acontecimentos é excluído e, por exigência da compreensão da obra, o espectador é lançado à lógica temporal e não cronológica da intriga (RICOEUR, 1994). Especialmente sobre a intriga, Ricoeur (2012) esclarece que se trata da conciliação entre alguns eventos singulares que aparecem na narrativa e na história narrada como um todo. Essa conciliação apresenta dois sentidos: “uma história é feita de... (acontecimentos) na medida em que a intriga transforma esses acontecimentos em... (uma história)” (RICOEUR, 2012, p. 303).

O evento em si é definido a partir da sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Logo, a história deve conferir uma ordem compreensível a esses acontecimentos, que conduzem a uma conclusão. Um exemplo é a ordenação de falas feita por nós na edição deste documentário, em que pudemos identificar os momentos em que a intriga surge e delineia nossa história.

Nas falas a seguir, recortadas do documentário, os entrevistados contrapõem às políticas educacionais de orientação liberal (governo FHC) e progressistas (governo Lula), perpassando, ao menos, treze anos de história. Apenas para registrar, as entrevistas foram obtidas em momentos diferenciados para cada sujeito e montadas em sequência específica para o documentário.

Professora Jaqueline³⁴ nos relata: *E a Rede Federal tinha sofrido muito no governo Fernando Henrique Cardoso. Porque ela estava à beira do final, do seu fechamento. Inclusive tive acesso e tenho esse material na universidade: os relatórios feitos pelo Ministério da Economia e Planejamento na época, sobre o custo e recomendações de que, de fato, se passasse essa formação que a Rede Federal fazia [e] que o país não tinha por que ter esse custo.*

O professor Dante³⁵ complementa: *E é exatamente aí, casando com a intencionalidade de fazer a separação obrigatória, partindo de uma crítica à educação profissional que existia nas então escolas técnicas federais e nos quatro Cefets que já existiam naquele momento, de que eram [cursos] muito caros para as pessoas que depois não iriam trabalhar obrigatoriamente naquela profissão. Essa era a crítica que era feita. Só que essa crítica [era] carregada de uma ideologia que veio se materializar depois no decreto 2.208.*

Professor Dante prossegue: *E aí, no ano de 2003 acontecem dois grandes seminários para discutir esses rumos da educação profissional. É desse seminário que surge, que é publicado, que surge aqui não, que se forja, que é produzido e é publicado em 2004 aquele documento “Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica”, que é uma crítica radical a tudo que tinha acontecido nos anos de 1990, apontando para essa necessidade dessa formação humana, plena, omnilateral, politécnica; e que a educação profissional não poderia ser descolada da educação básica.*

Mais adiante, o professor Dante comenta: *os conceitos que estão na base do ensino técnico integrado, na luta de redirecionar o caminho da educação, dessa educação subordinada ao mercado, [de] uma educação que leve em consideração as necessidades do mundo do trabalho, porque nós vivemos na sociedade capitalista, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho e essa força de trabalho, para ela ser atrativa, ou para o capital ou para o Estado, que é para quem ele vai vender sua força de trabalho, ela tem que ter um conhecimento que possa ser transformado em trabalho que interessa a quem está comprando.*

Trecho complementado pela professora Maria³⁶ quando fala sobre a criação dos Institutos Federais que tinham como objetivo a oferta de ensino médio integrado à formação profissional: *nós achávamos que ia ser muito difícil neste contexto a formação integrada tomar corpo e se tornar algo aceito pelas escolas. Aí entra a criação dos institutos.*

Podemos visualizar, nos trechos selecionados, alguns dos eventos que, na narrativa apresentada pelos entrevistados para o documentário, compõem a história da criação dos IFs.

³⁴Professora Jaqueline Moll, docente da UFRGS, participou da gestão da Setec/MEC como Diretora do Departamento de Políticas e Articulação Institucional de 2005 a 2007.

³⁵Professor Dante Henrique Moura, docente da Rede Federal desde 1986 e colaborador externo do MEC, participando da elaboração de políticas para a EPT, como o ensino médio integrado à educação profissional e Proeja

³⁶Professora Maria Ciavatta, docente da UFF, é pesquisadora e teórica com produção na área de Trabalho e Educação.

Porém, é preciso estarmos atentos, pois, em um documentário etnográfico comprometido com o estudo de memória, a arte de narrar, ou seja, de entrelaçar estes eventos e tecer a intriga, é

decorrente de operações cognitivas específicas, através das quais o antropólogo extrai de uma simples sucessão de acontecimentos uma configuração de sentido, construída na ordem da linguagem cinematográfica, através de suas formas simbólicas expressivas (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 9).

Por ser esta extração uma atribuição do pesquisador/autor, pode-se entender por que uma obra é distinguível de outras mesmo ao abordarem assuntos semelhantes. O pesquisador/autor é aquele que combina e organiza os eventos a partir do lugar no mundo em que está estabelecido. Dessa forma,

ao agir sobre o seu processo criativo, [deixaria] seus traços na obra. Decifrar esta última seria, portanto, descobrir seu criador, suas qualidades e suas fraquezas, seus gostos e suas antipatias, enfim, penetrar o homem para, assim, penetrar a obra (FREIRE, 2009, p. 52).

Precisávamos responder como o pesquisador/autor pode ser objetivamente científico, transmitindo exatamente o que viu, ouviu e sentiu, trazendo autenticidade e verdade ao roteiro, se, mesmo não querendo, acaba por utilizar recursos retóricos e semânticos que expõem seu ponto de vista e trazem as marcas da sua subjetividade?

Tanto na produção escrita quanto na produção visual, o processo de tradução da realidade na construção do produto pelo pesquisador carrega a ruptura existente entre a realidade e sua representação. Em uma tomada audiovisual, a própria escolha da perspectiva, do objeto ou mesmo do enquadramento, contradiz a ideia de ser um aspecto regulado apenas pela técnica. Mais ainda na etapa da montagem, pois “não há como negar que o trabalho analítico, a qualidade dos dados, dependem, acima de tudo, da arte do criador” (FONSECA et al, 1998, p. 5).

Em um documentário etnográfico, que apresenta uma “forma histórica determinada de vida” (ROCHA; ECKERT, 2001, p.10), a objetividade do par autenticidade/verdade é

considerada fora de sua significação ético-moral, eliminando-se as indagações a respeito dos arranjos entre as estruturas cognitivas e as forças pulsionais humanas e o meio cósmico e social, e afastando-o da aventura que encerra a configuração do conhecimento humano, para além do cogito e da razão (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 10).

Como pesquisadoras/autoras tínhamos a responsabilidade de costurar esses dois pontos significativos para que a obra tivesse sua dimensão etnográfica reconhecida. O primeiro deles, a objetividade para apresentar o tempo cronológico na lógica da expressão do real, cenário próprio das narrativas registradas no trabalho de campo (ROCHA; ECKERT, 2001). Para Ricoeur (2012), trata-se da dimensão episódica, aquela “que faz pender o tempo narrativo para o lado da representação linear do tempo” (RICOEUR, 2012, p. 304). O outro, a representação não cronológica e subjetiva (dimensão configurante), que colocaria na estruturação da montagem das representações simbólicas “a possibilidade de re-construção de uma intriga onde o antropólogo estabelece o pertencimento da ação narrada a um conjunto de traços estruturais de uma dada ordem

simbólica, portanto, cultural” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 10). Esse momento, para Ricoeur (2012), reflete a transfiguração ou metamorfose da sucessão dos eventos em uma totalidade significativa, permitindo que a história possa ser compreendida.

Estas indicações reforçam a natureza única de cada documentário etnográfico, pela compreensão e representação particulares realizada pelo pesquisador, que desequilibra e desafia os saberes referenciais dos espectadores e de si próprio. Desse modo, ao causar certo estranhamento em seus códigos culturais e tirando-os de seus lugares centrais no mundo, o pesquisador/autor acaba por despertar um processo de descoberta do outro e da constatação das diferenças culturais existentes na sociedade (ROCHA; ECKERT, 2001).

Se nos impusemos o rigor teórico que na elaboração da pesquisa etnográfica, com a mesma seriedade realizamos o recorte das falas dos entrevistados para a montagem final do roteiro do documentário. Dentro dos critérios estabelecidos pelos descritores da pesquisa, selecionamos trechos que, ao darem sentido à história narrada, também ecoaram fundo em nossas consciências.

Ao recorrermos às narrativas dos envolvidos na gênese dos IFs para compor um documentário etnográfico, tínhamos o entendimento de que seria possível revelar uma realidade para além do que a história documental registrou. Queríamos um instrumento capaz de encantar o espectador nos labirintos dos fatos narrados, transformando “discursos aleatórios em um corpo vivo, uma alma que é o sentido do filme” (FREIRE, 2009, p. 52). Concomitantemente, queríamos submeter esse período da história à interpretação e reinterpretação de críticas permanentes, reafirmando a importância dos momentos narrados para a educação brasileira.

4. É POSSÍVEL UM FIM?

Ao escolhermos apresentar nosso produto educacional no formato de um documentário, compreendemos a necessidade de estarmos atentos aos cuidados e ponderações que envolvem o processo de construção do conhecimento etnográfico, bem como aos questionamentos sobre os registros das memórias dos sujeitos que, gentilmente, dispuseram-se a discorrer sobre o tema, considerando que o conjunto resulta no registro de memórias coletivas construídas e (re)significadas em ambientes contemporâneos.

Como tal, um filme etnográfico revela em suas narrativas os modelos culturais nos quais os entrevistados e os autores estão inseridos. Mostra, pelo conteúdo, pela forma ou, ainda, por ambos, a forma peculiar como a história foi e é ainda vivida. Combinando o que é dito com o como é mostrado, imprime-se no texto imagético uma identidade específica, que traz, “de forma irrevogável, ‘algo genuinamente pessoal ao tema’, como dizia Truffaut” (FREIRE, 2009, p. 50).

Uma narrativa, ao articular os fatos dentro da temporalidade humana, adquire seu sentido, sua vida, sua existência própria. Logo, a narração permite que o ser humano se compreenda na dimensão temporal e histórica e, “mais do que isso, permite a compreensão de nós próprios na nossa historicidade” (FONSECA, 2009, p. 3).

Ao montarmos a sequência das narrativas para dar corpo ao roteiro, nos lembramos da observação de Frigotto e Ciavatta quando comentam que

as palavras ou vocábulos que usamos para nomear as coisas ou os fatos e acontecimentos não são inocentes. Buscam dar sentido ou significar estas coisas, estes fatos ou estes acontecimentos em consonância com interesses vinculados a determinados grupos, classes ou frações de classe (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 46).

Apesar da história da EPT no Brasil estar registrada em diversas produções acadêmicas e, em muitos casos, pelas mesmas pessoas que narram as suas memórias no documentário que apresentamos, no documentário ela adquire vida. Como aponta Ricoeur (2012), uma obra narrativa expõe o caráter temporal da experiência humana. Por estarmos vivos e por querermos viver a vida e não perder o tempo, é que fazemos uso das narrativas para concebermos o discernimento do que somos e do mundo em que vivemos.

Ao produzir um documentário etnográfico, o pesquisador imprime na sequência das cenas, para além da narrativa, parte da sua história de vida, deixando ali sua marca. Como pesquisadoras, ao longo do caminho fomos nos descobrindo (e nos constituindo). Como o professor Gaudêncio³⁷ nos conta em determinado momento da entrevista, *o João Cabral de Mello disse o seguinte: se você entra no pântano de terno branco e sai de terno branco, a poesia perdeu a graça. E é um pouco isso, se você não enfrenta a realidade [...], você não ganha*. Queríamos, ao mesmo tempo em que mantínhamos o rigor aos princípios e técnicas de uma pesquisa etnográfica, fazer poesia. Não apenas contar uma história.

Longe de exaurir o assunto, percebemos, no desenrolar de todo o processo de pesquisa e realização do documentário que, aos poucos, nossos questionamentos deixavam de ser apenas hipóteses e transformavam-se na própria história. Ao recriar, por meio das memórias desses sujeitos, uma ligação entre o passado e o presente, o documentário etnográfico contribui para a construção de novos saberes sobre a história.

Conseguimos vislumbrar o quanto, mesmo sem saber, este documentário era aguardado. Desde sua publicação na Plataforma Educapes em agosto de 2019, o produto educacional já teve mais de 740 visualizações na própria plataforma, alcançou o número de 21.262 downloads e foi acessado por dez diferentes países³⁸. Em função das demandas que nos chegaram posteriormente, o documentário foi publicado também na plataforma Youtube nas versões em português, com legendas em inglês e com legendas em português e tradução para Libras³⁹, contabilizando quase 3.500 visualizações.

³⁷Professor Gaudêncio Frigotto, docente da UERJ, desenvolve pesquisas sobre a integração do ensino médio com o ensino técnico e da educação profissional na perspectiva da politécnica.

³⁸Dados obtidos na Plataforma Educapes em 25 de agosto de 2021.

³⁹Os links para acesso no YouTube são: versão em português: <https://bit.ly/2kKzlvo>; versão com legendas em inglês: <https://bit.ly/3yfKYdM>; versão com tradução em Libras: <https://bit.ly/3DjlpLd>.

Sabemos que a história apresentada não se esgota ali e muito ainda há para ser contado. Nas palavras da professora Marise⁴⁰, *tem fatos da história que ainda não estão escritos e estão ligados à experiência*. Para que essas narrativas cumpram o seu dever de justiça com a memória, é imperativo que novas pesquisas sigam pelo fio condutor das memórias daqueles que fizeram essa história, pois “as gerações atuais são herdeiras deste passado” (MATE, 2005, p. 5).

Este é o convite que deixamos aos que nos acompanharam até aqui: que este não seja um fim, mas que seja o início de novas jornadas rumo ao imprevisível e deslumbrante mundo que envolve a produção de um documentário etnográfico.

REFERÊNCIAS

DEVOS, Rafael Victorino. **Etnografia visual e narrativa oral: da fabricação à descoberta da imagem**. Porto Alegre: Iluminuras, 2005, v. 6, n. 14, p. 1-20. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9225>. Acesso em: 13 fev. 2019.

DINIZ, Débora. **Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios**. Brasília, DF: Ciência & Saúde Coletiva, 2008, n. 13 (2), p.417-426. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232008000200017&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

FONSECA, Cláudia. **A Noética do vídeo etnográfico**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 1995, ano 1, n.2, p.187-206. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/atual/pdf/n2/HA-v1n2a14.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FONSECA, Cláudia et al. Nos bastidores de um vídeo etnográfico. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, SP: Papirus, 1998, [14]p. Disponível em: <http://files.claudialwfonseca.webnode.com.br/200000007-46e5d475f6/Nos%20bastidores%20de%20um%20video%20etnografico,%201998.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FONSECA, Maria de Jesus Martins da. **Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur**. Viseu, Portugal: Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health, 2009, n.36 (14), [27]p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/8284-Article%20Text-23465-1-10-20160204.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

FREIRE, Marcius. A noção de autor no filme etnográfico. In: SERAFIM, José Fran-

⁴⁰Professora Marise Nogueira Ramos atuou como Diretora de Ensino Médio da Semtec/MEC de 2003 a 2004 e contribuiu na redação do Decreto nº 5.154/2004

cisco. **Autor e Autoria no cinema e na televisão**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.49-64.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTMANN, Luciana. **Do vídeo etnográfico, ou de como contar histórias com imagens**. Santa Maria: Revista Sociais & Humanas, 2009, v. 22, p.1-14.

MATE, Reyes. **O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna**. São Leopoldo: Revista IHU On-Line, 2005, Edição 160, p.3-6. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao160.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 1). Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Entre tempo e narrativa: concordância/discordância**. Belo Horizonte: Kriterion, 2012, n. 125, p. 299-310.

ROCHA, Ana Luiz Carvalho da; DEVOS, Rafael. **Uma aventura no tempo: reflexões sobre a produção de um documentário etnográfico e os desafios de uma etnografia da duração**. Porto Alegre: Revista Iluminuras, 2008, v.9, n. 19, [32]p. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9373>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT Cornélia. **Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo**. Porto Alegre: Revista Iluminuras, 2001, v.2, n.3, p.2-13. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9119>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marca-visual, 2013.



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



EDITORA
IFS